

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Sessão inaugural dos debates sobre a revisão do nosso Programa



Destaques:

Marques Mendes, no Porto, abre os debates para a revisão do Programa do PSD

Pag. 2 e seguintes

Corrupção: PSD lança agenda própria, num combate “incómodo” para o Governo

Leia em “Actividades do Presidente”

Total apoio aos Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Lisboa, pelas estruturas do PSD/Lisboa

Leia em “Notícias Locais”

Marques Mendes presidiu, no Porto à sessão inaugural dos debates sobre a revisão do nosso Programa

O PSD iniciou quinta-feira à noite, no Porto, um ano de debates sobre a revisão do seu programa, tendo este primeiro passo uma mesa de “presidência e moderação”, formada por Luís Marques Mendes, que tem sido o grande impulsionador da ideia de Revisão dos Estatutos, aliás anunciada na sua campanha para a Presidência do Partido; Francisco Pinto Balsemão, Agostinho Branquinho, Pacheco Pereira e Carlos Pimenta.

Na sua intervenção – a segunda da noite, depois da abertura por Agostinho Branquinho - neste colóquio/sessão de esclarecimento sobre o novo Programa do PSD, o nosso Presidente, Luís Marques Mendes, dirigindo-se à mesa e a toda a numerosa assistência, disse:

Iniciamos hoje, o processo de revisão do Programa do Partido Social-Democrata. Foi um compromisso que assumi no último Congresso. É um compromisso que se vai cumprir ao longo de um ano de debates, de trabalho e de reflexão política.

Damos o pontapé de saída para este processo aqui, no Porto. Honramos assim, o Porto, cidade com grandes tradições democráticas e de defesa da liberdade, antes e depois do 25 de Abril. E terminaremos este ciclo de debates em Lisboa, no dia 4 de Dezembro de 2007, assim evocando Francisco Sá Carneiro, aquele que foi, não apenas o fundador do nosso Partido mas também um dos maiores percursores na afirmação da Social-Democracia Portuguesa.

Este é um processo importante. Somos um partido com história e com memória.

Para que ambas se renovem e sobrevivam, é preciso saber o que queremos ser no futuro, que novas causas vamos abraçar, que novos desafios vamos enfrentar.

Não é recente a ideia da secundarização da acção política. Como não é de hoje, a ideia do esbatimento ou falência das ideologias. De acordo com o “pragmatismo” imediatista (que alguns quase entronizam em princípio dominante), “devemos ser o que não somos”. Essa prática, muito em voga na esquerda dita *moderna* (mas, afinal, apenas “deslizante”), não é a nossa.

Estamos aqui para questionar, manifestar inquietudes, não temer perguntar, arriscar responder, construir percursos e apresentar hipóteses. Sem esquecer que temos um passado, temos valores e temos referências. E que todos se consolidaram através da participação e do empenho de milhares de portugueses.

Um Programa de um Partido – pelo menos o Programa de um Partido como o PSD – não é e não deverá ser um texto acabado. Antes deverá ser um documento balizador, que propicia um processo de identificação, de adesão, de pertença, de construção de solidariedades e de apontar de caminhos. É assim que o vemos; é essa dinâmica que queremos promover.

O programa do Partido é o seu Bilhete de Identidade. Tal como o Bilhete de Identidade, este diz-nos quem somos e donde vimos. E renovamo-lo, sem nunca deixarmos de ser quem somos. É o que vamos fazer. Actualizando e



aprofundando a nossa matriz social-democrata, sem desvios nem descaracterizações doutrinárias ou ideológicas.

Este processo de revisão é também um processo necessário. O Programa do Partido foi aprovado em 1974 e revisto em 1992. Passaram quase 15 anos. Neste período de tempo muita coisa mudou. Em Portugal, na Europa e no Mundo.

Portugal e o Mundo estão diferentes. As mudanças são vertiginosas. Surgem quase sem anúncio prévio.

Há novas incertezas, novos receios e novas inseguranças. Há novas causas e desafios para as gerações actuais. Havê-los-á, certamente, para as gerações futuras. É também por elas, pelas gerações futuras, que urge encontrar novos caminhos e propor novas soluções.

Longe de pretender ser exaustivo, há perguntas a que devemos procurar responder:

Que Estado temos e que Estado queremos ter? Com que funções, com que tamanho e com que organização? E que Sociedade civil queremos construir? Como responder às novas angústias dos cidadãos que assistem ao fim de imagens e certezas que sempre tiveram como adquiridas?

Que respostas nas áreas do Ambiente, do Ordenamento do Território ou da Educação? Que políticas e com que objectivos?

Qual o modelo social do futuro? Seguramente que ao Estado cabe um papel essencial, mas certamente que há que dar mais espaço para a liberdade de





Breve intervenção de Pinto Balsemão

O presidente da Comissão de Revisão do Programa do PSD, antigo Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, fundador e militante número Um do nosso Partido, Francisco Pinto Balsemão, também reconheceu que não vai ser escrito um programa “totalmente novo”, mas sublinhou a importância de adequar o documento-base do partido à realidade do século XXI.

Pinto Balsemão explicou que o debate sobre a revisão do programa foi estruturado em quatro grandes áreas, correspondentes a quatro grupos de trabalho, centrados nos valores que unem o partido, na organização administrativa e órgãos de soberania, no futuro do país e na construção europeia, imigração e lusofonia.

O fundador e ex-líder do PSD realçou que este (pouco mais de um ano de...) debate vai ser aberto à participação de todos os militantes e simpatizantes do partido, que terão na Internet no site - www.programa.psd.pt - com “fora” de discussão, todos os documentos relativos à revisão do programa e transmissão televisiva em directo dos vários debates.

escolha dos cidadãos e para a afirmação da responsabilidade das suas escolhas.

Que relação entre Liberdade e Segurança? Ou entre Liberdade e Igualdade? Que deveres se sobrepõem a direitos e como encontrar pontos de equilíbrio?

Que políticas para a Família, quando o próprio conceito de família entra em mutação? Que respostas devemos dar às novas formas e dimensões da solidão?

Como vê, hoje, o PSD, a globalização ou as profundas alterações nas relações de interdependência entre os Estados? Quais os limites que estamos dispostos a atingir? Qual a Europa queremos ajudar a fazer; e qual o papel da Europa no Mundo?

Como salvaguardar um património cultural próprio sem menosprezar a multiculturalidade?

Hoje, lidamos com realidades que representam, em muitos aspectos, um verdadeiro Novo Mundo. O que ontem era ficção surge hoje – em vários domínios – como quase ultrapassado ou obsoleto. E esse facto obriga à reflexão sobre o queremos para Portugal e que visão temos, do Mundo e do Homem. É um debate absolutamente necessário.

Finalmente, este processo de revisão será um processo aberto e amplamente participado. Aberto, em primeiro lugar, aos militantes do Partido. Eles são o coração e o pulmão do nosso Partido. Queremos que todos participem activamente, de forma livre e empenhada, sem exclusões nem discriminações. O Programa do Partido foi, é e será sempre um traço de união entre todos os sociais-democratas.

Mas queremos que este seja também um processo aberto a muitos e muitos Portugueses que, não sendo militantes do Partido, desejam participar neste debate de ideias, importante e necessário.

Queremos um Partido cada vez mais forte. Mas recusamos a ideia de um Partido Fortaleza. Um Partido fortaleza acabaria por ser um partido de fraqueza. A força consolida-se pelo estímulo ao debate sério e profundo, não pelo medo ou pela fuga à discussão.

Claro que este é um debate diferente. Não é um debate conjuntural ou taticista, infelizmente tão próprio de alguma política quotidiana. Muito menos uma discussão sobre distribuição de cargos ou de lugares, coisa que apaixonava sempre alguns mas que contribui para reforçar normalmente o divórcio entre eleitores e eleitos, minando ainda mais a qualidade da nossa democracia.

Este é um debate de ideias, de política e de políticas, com sentido estratégico e visão de futuro. Um debate que seguramente nos vai enriquecer como Partido e nos vai prestigiar aos olhos dos Portugueses. Vale a pena nunca esquecer que é o Partido que está ao serviço do País, não é o País ao serviço do Partido.

Apelo, por isso, à participação de todos. Com sentido construtivo, com espírito de ambição, em obediência à natureza reformista que traduz o “adn” do Partido Social-Democrata.

Agradeço ao Dr. Francisco Pinto Balsemão, fundador do PSD e referência da social-democracia Portuguesa, o encargo de presidir a este processo. Com a colaboração activa dos nossos companheiros Carlos Coelho e Agostinho Branquinho, o Dr. Francisco Pinto Balsemão dá, assim, mais uma prova do seu amor ao Partido que ajudou a fundar e ao País de que foi, é e será sempre uma referência ética, cívica e política incontornável.

Todo o partido lhe está imensamente grato.

Agradeço aos nossos companheiros Pacheco Pereira e Carlos Pimenta a disponibilidade para esta primeira Conferência. O prestígio que ambos têm, a profundidade e o rigor intelectual que sempre colocam nas suas intervenções dão-nos a garantia de abrir este processo com classe de ouro.

Uma palavra final para todos os militantes e simpatizantes do PSD. A nossa ambição é voltarmos a ser o maior Partido Português. Para isso, para voltarmos a merecer a confiança maioritária dos Portugueses, é nossa obrigação tudo fazer para sermos os melhores.

Os melhores nas ideias, na vontade, na coragem, no espírito reformista, na unidade e na solidariedade em prol de um objectivo que verdadeiramente sirva Portugal.

Pacheco Pereira lembra “erros do passado, que é necessário evitar repetir”

Pacheco Pereira abriu a sua intervenção com a recordação de “três erros do passado” que, disse, “...o Partido deve evitar repetir”.

“Houve momentos em que nós cometemos erros, em que não cumprimos o nosso programa”, afirmou Pacheco Pereira que salientou ser o PSD “um partido pragmaticamente laico”, apesar da sua “tradição de personalismo de raiz cristã”, pelo que nunca deveria saído deste tipo de discurso.

Pacheco Pereira, que, com Carlos Pimenta, participou neste primeiro debate como orador convidado, criticou também os militantes que “aceitaram que o PSD é de direita”, quando “Sá Carneiro explicitamente negou a classificação como partido de direita”.

O ex-dirigente social-democrata considerou também erros do passado, como as “campanhas populistas à americana, negando a identidade dos partidos adversários”.

“São erros que pagámos caríssimo e que, provavelmente, vamos continuar a pagar por mais anos”, frisou, defendendo que, paralelamente à discussão sobre a revisão do programa do partido, o PSD deve discutir a alteração dos seus estatutos, de modo a “reforçar a dimensão cívica do partido”.

“Uma formação política que o não faça, vai arrepender-se! O PS não o está a fazer e vai pagar muito caro, por governar mantendo o partido num canto”, afirmou Pacheco Pereira, frisando que “um partido de funcionários políticos é um desastre”.

Pacheco Pereira alertou também para as “boas e más consequências da globalização” e para a “espectacularização da política”, defendendo que o PSD deve intervir em questões importantes para o futuro do país, como a educação, a bioética e a investigação científica.

“Há muito tempo que não dizemos praticamente nada sobre a educação”, lamentou, sublinhando que, além do tradicional “aprender a ler, escrever e contar”, as crianças deviam hoje ser ensinadas na escola a “ver televisão e procurar na Internet”.

“As crianças entram na escola com 10 mil horas de televisão. São números de Portugal, dos subúrbios de Lisboa”, referiu, realçando que “já não é a família que socializa”. – Fontes: DN, Lusa, JN, Distrital do Porto/PSD; fotos, arquivo PL



Marques Mendes e a corrupção PSD lança agenda própria, num combate “incómodo” para o Governo

O presidente do PSD, Marques Mendes no Porto destacou, Sábado, no Porto, o “enorme incómodo” do Governo socialista face ao combate à corrupção e anunciou um conjunto de iniciativas para a travar, incluindo a relacionada com o desporto.

O governo socialista “não tem vontade política de combater a corrupção e mostra um enorme incómodo sempre que se fala em travar o flagelo”, disse o líder social-democrata, ao falar no fecho de um colóquio dos Trabalhadores Sociais-Democratas sobre a questão energética.

Segundo Marques Mendes, os aplausos generalizados ao discurso do Presidente Cavaco Silva sobre combate à corrupção, nas cerimónias do 5 de Outubro, não se traduziram em medidas concretas dignas de registo.

“Um mês e meio depois, o que se passou e o que mudou foi nada”, disse, para justificar um conjunto de iniciativas do seu partido para acelerar o combate à corrupção e “devolver a confiança a quem está desiludido”.

De acordo com Marques Mendes, o PSD vai reunir “nos próximos dias com o Procurador-Geral da República e o director nacional da Polícia Judiciária (PJ), sobre combate à corrupção, na sequência da recusa do PS em levar aqueles responsáveis ao Parlamento, revelou o dirigente.

O líder social-democrata sublinhou o papel da PJ no combate à criminalidade económica e financeira, mas frisou a escassez de meios financeiros que aquela polícia enfrenta este ano e que tende a prolongar-se por 2007, de acordo com a leitura que faz do Orçamento de Estado.

Face a isto, prometeu que “nos próximos dias” o PSD vai propor um “reforço substancial de verbas” para o orçamento da PJ.

Na sua referência à corrupção no desporto, anunciou que o PSD vai agendar potestativamente, em Dezembro, o debate de uma sua proposta de lei para agravar a penalização deste tipo de crimes.

Marques Mendes - que não prestou esclarecimentos aos jornalistas depois do seu discurso - não especificou se a causa próxima desta iniciativa é o arrastamento do processo “Apito Dourado”.

No seu discurso, o Presidente do PSD sublinhou ainda que não chegou a ser agendado o debate parlamentar



de dois projectos de lei apresentados, “a título individual”, pelo deputado socialista João Cravinho, que eram “um contributo positivo” para o combate à criminalidade económica e financeira.

“Se isso acontecesse com o PSD, diriam que estávamos coniventes com a corrupção”, comentou.

Marques Mendes quer mais barragens e ignora polémica sobre nuclear

Ainda na mesma ocasião, o presidente do PSD pediu maior investimento em barragens, mas nada disse sobre uma eventual opção nuclear, que suscitara alguma polémica entre os oradores precedentes.

No colóquio “Portugal e a Questão Energética”, promovido pelos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), o perito Pedro Sampaio Nunes sublinhou que os custos da energia nuclear são três vezes mais baixos do que os da energia eólica, uma das prioridades da actual política energética portuguesa.

Marques Mendes não ouviu esta intervenção mas soube dessa abordagem e da polémica que ela suscitou, por um resumo que lhe foi feito pelo moderador do colóquio, Poças Martins.

O líder do PSD ouviu ainda Poças Martins referir que Portugal não pode

“fugir ao debate e ao esclarecimento” sobre o nuclear, mas preferiu centrar o seu discurso na defesa da construção de mais barragens.

Desvalorizando o recurso à energia eólica, o presidente social-democrata referiu que 42 por cento do potencial hídrico português continua por explorar, bem mais do que Espanha (20 por cento) e França (três por cento).

Marques Mendes preconizou ainda uma “cultura de poupança de energia”, incentivada por via fiscal.

No rescaldo da viagem ao Brasil Marques Mendes assume a independência da sua agenda política

O líder do nosso Partido, Luís Marques Mendes, assumiu a independência da sua agenda política e que não se deixará condicionar nem pelas divergências nem pelas críticas do governo ao seu trabalho na oposição, nem por quaisquer factores exteriores.

Marques Mendes proferiu estas afirmações ainda em São Paulo, reagiu às críticas do ministro Augusto Santos Silva, que o acusou de estar em rota de colisão com o PR, eleito com o apoio do PSD.

“O Presidente da República cumpre a sua missão e a sua agenda. O PSD cumpre a sua missão e a sua agenda. O PSD está habituado a chegar ao poder pelos seus méritos próprios e pelas suas propostas autónomas e é assim que vamos fazer”, disse o presidente do PSD à rádio TSF.

Quanto às declarações do ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes acusou Augusto Santos Silva de “provincianismo” e falta de educação.

“Esse é um ministro que já se especializou por não ser um bom exemplo em matéria de educação. Mas não me condiciona, em Portugal ou fora de Portugal eu digo aquilo sempre que penso”, disse Marques Mendes.

Questionado sobre se os portugueses fora do país querem ouvir críticas à actuação do governo, Marques Mendes sublinhou que as pessoas “querem ouvir a verdade”.

“Isso é provincianismo” - disse o líder “laranja” sobre as acusações de Augusto Santos Silva - “em Portugal ou fora de Portugal fala-se com verdade e a mim ninguém me condiciona”, reafirmou.

Sobre o combate à corrupção PSD quer ouvir Procurador-Geral da República e Director-Geral da Polícia Judiciária sobre a situação actual

O líder do PSD anunciou, já no final da sua visita ao Brasil, que o partido vai solicitar a audição no Parlamento do procurador-geral da República e do director da Polícia Judiciária sobre o combate à corrupção, considerando que não pode existir “medo” nesta luta.

Em declarações no Rio de Janeiro, reproduzidas pela rádio TSF, Marques Mendes adiantou que o PSD quer ouvir o procurador-geral da República (PGR), Pinto Monteiro, e o director da Polícia Judiciária (PJ), Alípio Ribeiro, sobre o que consideram necessário para reforçar o combate à corrupção.

“Vamos tomar a iniciativa de chamar ao Parlamento o PGR e o director da PJ para perguntar a eles, que estão no terreno no combate à corrupção, que meios precisam, que aperfeiçoamento das leis é que consideram necessário para um combate mais eficaz e energético à corrupção”, afirmou Marques Mendes, que falava aos jornalistas à saída de um encontro com o prefeito

do Rio de Janeiro, César Maia.

Sublinhando que não pode haver “medo” no combate à corrupção e que esta questão tem de estar no centro da agenda política, Marques Mendes considerou que se o PS não aceitar o pedido dos sociais-democratas dará “um sinal muito negativo”.

“Não me passa pela cabeça que seja inviabilizado. Seria mesmo um sinal muito negativo de falta de vontade política para combater a corrupção”, salientou Marques Mendes, recordando que no discurso do 5 de Outubro, o Presidente da República apelou ao empenho de todos nessa luta.

Marques Mendes defende Estado menos «consumidor de impostos»

Em São Paulo, Marques Mendes, numa reunião numa reunião com líderes de oposição ao governo brasileiro, que decorreu na sede regional do Partido da Frente Liberal (PFL, o Partido com maiores afinidades ideológicas com o Partido Popular Europeu, a que o nosso PSD pertence) e na qual participaram, entre outros, os senadores Jorge Bornhausen e Marco Maciel, defendeu, para Portugal, um Estado mais eficiente e menos “consumidor de impostos”, e a criação de um fórum internacional de centro-direita nas nações que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

“O PFL e o PSD entendem que o futuro passa por Estados mais magros e mais eficientes. Precisamos de um Estado mais pequeno, menos gastador, menos consumidor de impostos, e por isso, mais eficiente”,

disse Marques Mendes à informação, no final do encontro, que durou cerca de uma hora.

“Temos muitos pontos em comum. Queremos não apenas manter, como também reforçar a relação entre os dois partidos. Somos parceiros também na Internacional Democrata do Centro, onde o presidente do PFL e eu próprio somos vice-presidentes” acrescentou o presidente do PSD.

Jorge Bornhausen, a quem Marques Mendes ofereceu a “Fotobiografia de Francisco Sá Carneiro”, disse aos jornalistas que foram “identificados problemas semelhantes nos dois países”, citando como exemplos os gastos excessivos do Estado e a penalização do contribuinte.

O ex-vice presidente Marco Maciel, que desempenhou essa função durante o governo Fernando Henrique Cardoso e hoje é senador do PFL, declarou por sua vez que a reunião com Marques Mendes “foi muito boa, porque permitiu ampliar o enlace entre o nosso partido e o PSD”.

Maciel também destacou as “circunstâncias semelhantes” que envolvem actualmente os dois partidos, adiantando que, durante a reunião, foram discutidos “problemas no campo económico”.

Após o encontro, que contou também com a participação dos líderes da bancada do PFL na Câmara Federal e no Senado, Marques Mendes revelou também que a direcção do seu anfitrião aceitou uma proposta para a realização de reuniões, pelo menos uma vez por ano, envolvendo partidos “amigos e irmãos” dos países da CPLP.

“Vamos tentar pôr em prática essa ideia, que foi aceite, já no próximo ano, para uma reflexão importante. Julgo que é uma proposta muito importante e muito inovadora”,



acrescentou o presidente do PSD.

Marques Mendes disse também que duas áreas terão especial importância nesses encontros: a afirmação da Língua Portuguesa no mundo, que “é uma mais valia no contexto da economia global em que vivemos”, e a promoção de um debate “útil e com propostas que podem surgir no domínio da saúde, sobretudo no combate à SIDA”. Após a reunião na sede regional do PFL, o presidente do PSD seguiu com a liderança do PFL para um almoço na Associação Comercial de São Paulo, e depois para o gabinete transitório do Governador eleito do Estado de São Paulo, José Serra, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), aliado do PFL na oposição ao governo.

Um dos participantes do almoço, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Fapesp), Guilherme Afif Domingos, que integra o PFL, foi anunciado como novo secretário do Trabalho do futuro governo de Serra, que citou a presença da delegação do PSD numa entrevista colectiva, para anunciar novos integrantes de seu gabinete governamental, no final da tarde.

“Esperamos recebê-los (os membros do PSD), posteriormente, na sede do Governo do Estado, para que possamos manter uma relação forte no futuro”, disse José Serra, após agradecer a presença de Marques Mendes e assessores.

Outros contactos do nosso Presidente, com destacadas personalidades da política, da economia e da cultura brasileiras

Outras reuniões e contactos de Luís Marques Mendes foram, na terça-feira anterior à partida, com Fernando Henrique Cardoso, ex-chefe de

Estado e líder do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), na sede do “Instituto Fernando Henrique Cardoso”. Foram objecto de conversação, entre outros temas, a imigração brasileira para o nosso País.

O visitante comunicou ao anfitrião o processo de revisão do programa do PSD, e foram abordadas, também, questões relativas ao sistema judicial.

“Muitas vezes aprendemos com certos erros cometidos no passado”, afirmou, em conversa com os jornalistas o líder do PSD. Marques Mendes disse ainda que o termo da revisão programática do Partido Social-Democrata deverá ocorrer dentro de um ano.

No encontro entre os líderes da social-democracia do Brasil e de Portugal, foi discutida ainda a importância da chegada de imigrantes com “mão-de-obra qualificada” a Portugal.

“O factor mão-de-obra barata já desapareceu como diferencial”, afirmou o ex-Presidente brasileiro, sociólogo de formação de reputação mundial, acrescentando que a chegada a Portugal de imigrantes da Europa do Leste e da África é “complicada”, e que este é um dos temas a ser debatido e resolvido pelos portugueses.

Fernando Henrique citou a presença no Brasil de mais de um milhão de ucranianos, que residem sobretudo no Sul.

O político e intelectual brasileiro, comentou problemas comuns entre o Brasil e Portugal, no que diz respeito à Justiça.

“O sistema judiciário português e brasileiro são iguais: postergam decisões eternamente”, comentou o ex-presidente do Brasil.

Henrique Cardoso aceitou um convite formal de Marques Mendes para participar, em 2007, da Universidade de Verão do PSD, a realizar entre Agosto e Setembro, em Castelo de Vide.

– Fonte Lusa



O Conselho Nacional reúne a 16 de Dezembro



O próximo Conselho Nacional do PSD está agendado para 16 de Dezembro e tem como único ponto da ordem de trabalhos a análise da situação política, segundo informação do gabinete do Presidente do Partido.

Trata-se de uma reunião ordinária do Conselho Nacional, órgão máximo do partido entre congressos, conforme está previsto nos nossos estatutos.

Esta será a segunda vez que os conselheiros nacionais se reúnem após o último Congresso, realizado na Póvoa do Varzim, em Maio.

Segundo os estatutos do PSD, o Conselho Nacional reúne ordinariamente de dois em dois meses, e em sessão extraordinária, a requerimento da Comissão Política Nacional, da direcção do Grupo Parlamentar ou de vinte por cento dos seus membros.

O PSD pediu a presença da secretária de Estado dos Transportes no Parlamento, para prestar esclarecimentos sobre a falta de alteração das medidas preventivas relativas ao traçado do TGV, responsabilizando o Governo PS por eventuais indemnizações devidas.

“Existem medidas preventivas em vigor desde 1995. Não é possível vir agora o Governo, encontrando um bode expiatório para a sua incompetência, tentar atirar as responsabilidades para a Câmara de Lisboa”, afirmou o deputado Luís Rodrigues, em conferência de imprensa no Parlamento.

A Câmara de Lisboa aprovou quarta-feira um loteamento em Marvila numa zona onde eventualmente poderá passar a futura linha do comboio de alta velocidade (TGV).

A aprovação do loteamento ignorou o pedido do Governo para não serem aprovados projectos na zona que pudessem comprometer a terceira ponte sobre o rio Tejo em Lisboa.

Pouco depois da aprovação da proposta, o Governo anunciou que irá tomar medidas preventivas para impedir qualquer construção naquele local, de forma a evitar comprometer a futura travessia do Tejo.

Sem as medidas preventivas anunciadas pelo Governo, este loteamento poderia vir a entrar em conflito com a ligação ferroviária, incluindo a de alta velocidade (TGV), proveniente da projectada terceira travessia do Tejo.

Na conferência de imprensa, o deputado social-democrata exibiu cópia de um decreto-lei de 1995, “logo, é totalmente legal e independente do planeamento do trajecto do TGV” e acusando o actual executivo de “incompetência” por “em dois anos de governação” ainda não ter alterado aquelas medidas preventivas e tê-lo feito de acordo com a Câmara, que não

tem base legal para o recusar, antes pelo contrário e para cumprimento de prazos, ter de o fazer”, conforme já esclareceu a vereadora Gabriela Seara, responsável pelo pelouro do urbanismo.

“As eventuais indemnizações a atribuir [ao promotor do loteamento], se as houver, serão da exclusiva responsabilidade do Governo, por incúria, desleixo, incompetência ou incapacidade”, afirmou Luís Rodrigues.

“Um acto de boa gestão, se o Governo tivesse a intenção de construir o TGV – e parece que não – teria sido criar medidas preventivas para o corredor. Se não o fizer, está no mínimo a fomentar a especulação imobiliária”, afirmou.

Questionado pelos jornalistas, o deputado social-democrata rejeitou que coubesse à Câmara Municipal de Lisboa esperar pelas alterações às medidas preventivas, argumentando que isso seria “um veto de gaveta” aos loteamentos e que causaria prejuízos gravíssimos às receitas normais do Município.

“A Câmara tem prazos para decidir, ou então o Governo queria impor à Câmara um veto de gaveta”, questionou, afirmando que cabe agora à secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, explicar “porque é que não houve articulação entre os ministérios para que fossem alteradas as medidas preventivas”.

Anulação da Festa da Música é mais um indicativo do “asfixiar a cultura” em Portugal, de que o Governo é responsável

O PSD acusou o Governo de asfixiar a política cultural, criticando os cortes orçamentais neste sector e em particular, o fim da Festa da Música anunciado segunda-feira passada pelo Centro Cultural de Belém (CC B).

“Ficámos mais pobres. Acabou a Festa que não cheirava a naftalina e se enchia de público, esgotando todas as salas e cantos do CCB”, lamentou a deputada do PSD Zita Seabra, numa declaração política na Assembleia da República.

Para Zita Seabra, a ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, não disse até agora “uma única palavra clarificadora sobre a razão para o fim da mais popular iniciativa de música erudita do país”.

“Com quase dois anos de governação socialista, a cultura asfixia. Trata-se de uma evidente violação e não-cumprimento do programa do Governo”, criticou, sublinhando que o orçamentado para a cultura em 2007 “é um retrocesso aos valores de 1998”.

A crítica do PSD estendeu-se a outras áreas da política cultural, com a deputada social-democrata a salientar os cortes previstos nas verbas da Cinemateca, da Biblioteca Nacional, bem como nas áreas do património e dos museus.

“Mesmo de um ponto de vista financeiro, esta opção política só pode ser classificada de irresponsável e ignorante”, acusou Zita Seabra, salientando que “hoje o turista não vem só à procura de sol e golfe, vai visitar museus e quer conhecer património, procura concertos ou ópera”.

A suspensão da “Festa da Música”, um acontecimento cultural que se realiza há seis anos no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, e que em 2006 custou cerca de 1,2 milhões de euros, mas que teve substancial cooperação financeira de várias entidades, nomeadamente da Câmara Municipal de Lisboa,



foi anunciada pelo presidente da instituição, António Mega Ferreira.

“Devido ao corte do apoio do Estado para o orçamento do CCB” – explicou Mega Ferreira – em 2006, a Festa da Musica será substituída por um novo evento, denominado “Os Dias da Música em Belém”, que “custará no máximo 400 mil euros”.

“Parcerias Público-Privadas (PPP) - SCUT” num requerimento dos Deputados Luís Rodrigues e António Manuel Ribeiro

Na sequência das notícias vindas a público no passado dia 20, o Governo socialista, através do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, qualificou como “insustentável” o aumento dos encargos do Estado com as SCUT, que ascendem a cerca de 700 milhões de euros em 2007. Os deputados do PSD, Luís Rodrigues e António Manuel Ribeiro apresentaram um requerimento no qual afirmam que “... no decorrer de uma conferência, o referido membro do Governo salientou que “estes níveis de crescimento não são sustentáveis e terão de ser contidos”, tendo concluído que “há que fazer a reanálise das concessões revendo prazos ou o seu refinanciamento”.

Trata-se da primeira vez que um membro do Governo reconhece formalmente a insustentabilidade financeira do modelo SCUT.

Ainda na discussão do Orçamento do Estado para 2007 (OE'2007), o Ministro de Estado e das Finanças e o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, quando confrontados com a falta de verbas para fazer face às despesas das Obras Públicas, nomeadamente, com as SCUT, fugiram à questão e nada esclareceram.

O caricato assumiu maiores dimensões pela voz do Ministro de Estado e da Administração Interna, que na intervenção final do debate na generalidade do OE'2007 tentou ricularizar a preocupação da oposição com as SCUT.

O que agora se verifica, é que, ao arripio das posições assumidas por três ministros (2 de Estado), o Secretário de Estado do Tesouro confirma as piores preocupações que o PSD tem vindo a apresentar desde sempre relativamente ao modelo das SCUT.

A prorrogação de prazo dos contratos das SCUT para 50 anos, tem sido



apresentada frequentemente por responsáveis da Administração Central, facto que nunca foi desmentido.

Este novo cenário contraria claramente o que o Partido Socialista tem vindo a defender ao longo dos anos, considerando que o actual modelo, com a duração de 30 anos, se paga a si mesmo.

Este aumento do prazo de concessão, além de hipotecar as gerações futuras, vai ampliar os encargos. Em quanto?

Neste contexto, face à gravidade da situação e à evidência de membros do Governo terem prestado declarações contraditórias, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer a audição do Ministro das Obras Públicas, Transportes e

Comunicações, bem como do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, com carácter de urgência, na Comissão de Orçamento e Finanças, em reunião conjunta com a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O PSD debateu com o Governo, na semana passada, alterações à Lei das Finanças Locais

O PSD debateu, no fim da semana passada, com o Governo, as alterações à Lei das Finanças Regionais, com os restantes partidos ausentes do debate, discutindo a constitucionalidade da proposta e as suas consequências para as regiões autónomas.

Na Comissão de Orçamento e Finanças, o secretário de Estado do Orçamento e o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais responderam às perguntas dos deputados do PS e do PSD, com intervenções apenas de deputados eleitos pelas regiões autónomas.

O PCP, o CDS-PP e o Bloco de Esquerda não estiveram presentes no debate.

A nova lei que o governo quer aprovar limita a responsabilidade do Estado na assumpção de dívidas pelas regiões autónomas, esclarece as regras para a prestação de contas por parte da Madeira e dos Açores, estabelece sanções para os casos em que os limites ao endividamento são quebrados e prevê a consignação da receitas fiscais as regiões autónomas, pondo fim nomeadamente à capitação do IVA.

Assim, a Madeira e os Açores passarão a receber como receitas fiscais não o conjunto das receitas divididas pela sua população, mas sim as receitas geradas pela região. No caso do IVA, como no continente a taxa é de 21 por cento e nas regiões autónomas de apenas 15 por cento, a medida pode traduzir-se num corte de verbas.

Além disso, a nova lei diz que se as regiões tiverem um PIB per capita superior à média nacional, perdem o direito ao Fundo de Coesão, pelo que a Madeira será prejudicada.

Ao longo do debate, o PSD frisou várias vezes que entende que esta lei é inconstitucional porque viola o Estatuto Político-Administrativo da Madeira e revela falta de solidariedade para com as dificuldades que a Madeira ultrapassa.

“As regiões autónomas passam a ser tratadas como autarquias – o que não são, constitucionalmente”, disse Hugo Velosa do PSD, algo que é “inaceitável”.

Para esse deputado, o PIB per capita não é melhor indicador para definir as transferências para as regiões autónomas, sendo preferível o critério do poder de compra.

O Governo, pelo secretário de Estado do Orçamento, respondeu dizendo que não há qualquer inconstitucionalidade e sobre a questão da solidariedade, disse que está previsto um período de ajustamento orçamental para as transferências, até 2009, e que numa altura em que o país está a fazer um esforço de redução das despesas, as regiões também têm que ser solidárias nesse esforço.

O PSD sugeriu ainda que as sanções aplicadas em caso de ultrapassagem do limite de endividamento fossem usadas para reduzir a dívida da Madeira e que não terminasse a capitação do IVA.

“Não me parece razoável” que as sanções sirvam para abatimentos à dívida da Madeira, respondeu Emanuel Santos.

Na próxima semana, representantes das assembleias legislativas da Madeira e dos Açores virão à Assembleia da República para debater esta alteração à Lei das Finanças Regionais na Comissão de Orçamento e Finanças. - GP/PSD

Intervenção sobre as Agências Regionais de Turismo

Deputado Mendes Bota

Assembleia da República, 23 de Novembro de 2006

(...)

O governo prepara-se para decretar a morte súbita das Regiões e das Juntas de Turismo, à revelia da Assembleia da República, lançando uma forte perturbação na estrutura pública do sector, apreensão nos promotores privados e mais um motivo de insatisfação para o poder local.

Como vão longe os tempos da pomposa apresentação do PRACE, há já oito longos meses, ainda agora lá vão 239 dias. Eram tempos de ímpeto descentralizador nas palavras, uma desconcentração que se anunciava a ante-câmara de uma regionalização baseada nas cinco NUTs II.

Propunha-se o governo, então, nesses tempos longínquos na esquina de ontem, criar cinco Juntas de Turismo. Como era de esperar, levantaram-se os interesses do costume, e as corporações registadas, com o clientelismo familiar e partidário a falar mais alto. E, das cinco Juntas, chegámos às dez Agências Regionais de Turismo.

Estranho pseudónimo este, perguntar-se-á porquê o modismo, para quem das actuais Regiões de Turismo lhes mantém a natureza jurídica, troca os nomes dos órgãos, retira-lhes competências e atribuições, lança o financiamento para o campo do arbítrio e do casuístico e vibra uma forte estocada de controlismo centralista numa autonomia que emanava da vontade e do voluntarismo associativo dos municípios.

As futuras Agências ficam reduzidas ao papel de entidades dinamizadoras e interlocutoras junto do órgão central de Turismo.

Ou seja, governamentalização e centralização, são as palavras-chave do evangelho turístico, e Manuel Pinho o seu apóstolo.

O PSD não tem qualquer problema em discutir se uma estrutura pública central única, para implementar a política nacional de Turismo, corporizada no ITP, será ou não a solução mais adequada.

Mas, ao invés de pretender abafar, controlar e condicionar as estruturas regionais de Turismo, o ITP deve aperfeiçoar os mecanismos de uma saudável e democrática articulação com essas estruturas.

O PSD não tem qualquer problema em aceitar debater a pouco coerente e pouco consistente proliferação de interlocutores e



estruturas regionais e locais, num mapa bastante desalinhado de qualquer outro modelo de ordenamento territorial e de administração pública.

Mas é falso, como se afirma, que o proposto modelo das Agências Regionais de Turismo traga qualquer “inovação à gestão”, ou introduza “possibilidades de auto-financiamento”, ou “estímulo o envolvimento da iniciativa privada”, antes pelo contrário.

Existe aqui uma clara contradição entre a teoria e a prática, o que neste governo vem sendo um comportamento a que já estamos habituados.

Este projecto de decreto-lei, além de técnica e gramaticalmente impróprio para consumo, mesmo que em sede de discussão prévia, parece possuidor de dois autores inspiradores distintos, pouco inspirados, mas de costas voltadas.

Um, fez a introdução, apelando a princípios universalmente aceitáveis. O outro, fez um mal sucedido exercício legislativo de truncagem, colagem, esquecimentos fundamentais e fretes à medida.

A comissão nomeada para tratar esta questão, levou três meses a discutir o sexo da organização, das atribuições e das competências. Ali, nunca se abordou a superintendência territorial das novas Agências, nunca houve um mapa em cima da mesa, sobre o qual todos os parceiros discutissem de forma serena e

atempada.

De súbito, há alguns dias atrás, o governo retirou da cartola este projecto de decreto-lei, com vontade de execução sumária, e um direito ao contraditório da ANMP ou da ANRET encurtado até aos primeiros dias de Dezembro próximo. Não restam dúvidas de que o governo quer presentear o sector do Turismo, com este presente de Natal. Um presente bastante envenenado, por sinal!

Oito meses depois de prometer uma desconcentração e uma descentralização baseadas nas cinco regiões-plano, e sem que nada de substancial se tenha alterado no país, para lá da necessidade de satisfação de algumas personalidades muito cientes do seu quintal, o governo flectiu a sua posição.

Oito anos depois, um outro governo socialista, repete o mesmo erro fatal do mapa da regionalização, dando cobertura a regiões feitas à medida das ambições pessoais de alguns, mas carenciadas de dimensão, de massa crítica, e de coerência territorial.

Porquê 10 Agências Regionais? Porque não 12 ou 13? Porquê as NUTs III e não as NUTs II? Porquê dividir o Alentejo? Que resultados dará a invenção do tridentismo, espalhando a região Centro? Porquê dividir ainda mais o Litoral do Interior?

Este debate, e esta explicação estão por fazer, e não podem deixar de



passar por esta Assembleia.

Faz algum sentido que não se defina a duração do mandato dos órgãos das futuras Agências, ou foi apenas mais um esquecimento primário? E que cada Agência tenha um estatuto diferente, com diferente número de membros na Direcção?

As atribuições e competências ficam substancialmente amputadas, e mal definidas. A Direcção e a Assembleia geral deixam de ter competências. E as futuras Agências deixam de ter quaisquer atribuições ao nível da promoção e da animação, sendo totalmente omissa qualquer referência às actuais Agências Regionais de Promoção Turística, sobre a respectiva articulação com as ARTs, ou mesmo sobre o seu próprio futuro.

A quem competirá no futuro a responsabilidade da promoção turística?

A não definição das competências no decreto-lei, representa um risco de esvaziamento e de redução drástica das mesmas.

Pelo contrário, existe todo um universo de novas atribuições que deveriam desde já ficar contempladas, ao nível da informação turística, da fiscalização, do licenciamento, do apoio ao investimento, da participação na elaboração dos instrumentos de ordenamento do território, na classificação turística, na estratégia da formação profissional no sector, no estudo e investigação do fenómeno turístico, na estatística, na monitorização, até na comercialização de sinalética turística. E a tudo isto, o governo passou ao lado.

Não deixa de ser curioso que, em contraponto com o grau zero de competências previstas para a Direcção e a Assembleia-geral, a única novidade orgânica é a criação da figura do Fiscal Único, cujas largas competências de controle e intervenção, são descritas a um metucioso pormenor.

Quase parece que será o Fiscal Único a dirigir a Agência... Os seus poderes são ilimitados: pode “aceder livremente a todos os serviços e documentos”, e pode “tomar e propor as providências que considere indispensáveis”. Que providências indispensáveis? Nem o Procurador Geral da República aspiraria a tanto poder...

A “Assembleia hífen geral”, não garante a representatividade regional do sector privado, mantendo apenas



uma presença de 25%, remetendo essa representação para as associações sedeadas em Lisboa. Mas o que é isto? Que sentido faz isto? Então, é a ARESP, ou a AHP, quem vai tomar assento na Agência do Algarve, em desfavor da AHETA ou da AHISA?

Que critérios presidirão à escolha daquilo que se designa por “outras entidades privadas”? E quem define quem são as “associações mais representativas”, e com que critérios?

Porque é que se há-de condicionar a distribuição da quota de 20% das verbas do Orçamento do Estado, à participação financeira do sector privado? Mas que participação

poderá ser esta, se não for prevista qualquer competência de promoção e de animação?

Em matéria de financiamento, “involui-se” para uma total dependência do poder central, sujeito ao arbítrio. Que autonomia poderão ter as futuras Agências, se passam a depender de protocolos, nada definidos, com a administração central e local? E se não houver acordo? E se não houver protocolos? Acabam-se as Agências?

As ARTs terão, em matéria de pessoal, dois regimes e dois quadros de pessoal: um público e outro privado, estanques entre si, sendo que o regime público é para desaparecer com o tempo.

Esta alteração profunda num sector fundamental da economia portuguesa, nos moldes obscuros, apressados e pouco sensatos como está a ser preparada, não pode passar à

margem do debate parlamentar.

Nesse sentido, o PSD fará hoje mesmo entrega de um requerimento na Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, também ele a exigir a urgente audição do sr. Ministro da Economia e da sua equipa, para prestar esclarecimentos sobre o que se está a passar, o que se prepara para fazer e em que moldes o pretende fazer.

Daqui lançamos um repto ao governo, para que tenha a lucidez, para que tenha a humildade, de reconhecer que errou, e que deve parar enquanto tempo, e recomeçar de novo, com um instrumento legislativo com cabeça, tronco e membros.

Tal como está, é o esboço de uma reforma que não reforma nada, transforma para pior, mas, pior do que isso, é inexequível no prazo de

sessenta dias que dá às comissões instaladoras para constituição das ARTs, a meio de um ano turístico cuja promoção externa está contratualizada e em curso.

São centenas de assembleias municipais para reunir e deliberar. É o reacender de bairrismos de aldeia. Vão haver muitos municípios que recusarão o mapa e o modelo, criando assim situações de descontinuidade territorial.

É muito duvidosa a legalidade e constitucionalidade deste voluntarismo forçado, que condiciona a atribuição de fundos, apoios, subsídios ou verbas do Orçamento do Estado, à entrada dos municípios nesta aberração, numa filosofia do quero, posso e mando, de adesão à força sob ameaça de fome financeira.

Estas não são, seguramente, as bases mais saudáveis para se construir o futuro do Turismo em Portugal.

Intervenção sobre a política cultural do Governo socialista

Deputada Zita Seabra

Assembleia da República, 23 de Novembro de 2006



(...)

«A política cultural para o período de 2005-2009 orientar-se-á por três finalidades essenciais. A primeira é retirar o sector da cultura da asfixia financeira em que três anos de governação à direita a colocaram...».

Assim rezava, há ano e meio atrás, o programa do governo para a cultura. Chamava-se então este capítulo: «Um Compromisso pela Cultura». E agora, no governo, que faz o Partido Socialista?

Compromisso violado, a cultura é um dos ministérios onde o corte orçamental é maior. O governo executa com o presente orçamento a asfixia financeira da cultura... No mesmo programa de governo, o PS anunciava que se guiaria pela meta de atingir o objectivo de afectar à cultura 1% do Orçamento de Estado.

Vamos aos números. O Orçamento de Estado já tinha baixado em 2005 no orçamento socialista e prossegue agora a baixa para 0,4. Se olharmos para os números, verificamos que era, desde 1997, de 0,2%. Era até ao passado! Este ano a cultura será de 0,1% do PIB. Mesmo em valores absolutos, o orçamentado para a cultura este ano é um retrocesso ao valor de 1998!

Quase não valia a pena dizer mais nada a não ser que, com quase dois anos de governação socialista, a cultura asfixia. Trata-se de uma evidente violação de e, pior, o não cumprimento do programa do governo.

Mas vale a pena analisar um pouco mais o que se passa na cultura. O corte no orçamento da cultura é de 9,1% se compararmos com a proposta do Orçamento de Estado 2006.

E vale, sobretudo, a pena analisar onde se verificam os cortes efectivos. Que critérios seguiu a ministra, se tem critérios e por que razão optou por estes cortes e não outros. Olhando sector a sector, constata-se que se corta no que é

a base e o essencial da cultura e da memória nacional, naquilo que é a razão de ser óbvia para a existência de um Ministério da Cultura. A Ministra corta a eito e não faz minimamente o trabalho de casa, hierarquizando prioridades. Se o fizesse, não teria como principais vítimas os museus nacionais, o património (IPPAR), a Biblioteca Nacional, a Cinemateca, por exemplo.

Se o fizesse, não teríamos há dois dias os jornais anunciando o fim da Festa da Música no Centro Cultural de Belém. António Mega Ferreira diz que «a ministra faz umas contas complicadíssimas» e afirma mesmo «não sei onde vão descobrir 600 mil euros», desautorizando assim os argumentos da ministra. A senhora ministra, que se multiplica em declarações explicando que não é uma questão financeira, não diz uma única palavra clarificador sobre a razão para o fim da mais popular iniciativa de música erudita do País.

A Festa da Música ficará apenas na memória dos milhares de portugueses que a viviam.

Só no ano passado, 51.000 bilhetes foram vendidos a gente que veio de todo o país ouvir os músicos barrocos, como vieram num ano anterior ouvir Bach de manhã à noite, num verdadeiro ambiente criador de públicos.

Ficámos mais pobres. Acabou a Festa que não cheirava a naftalina e se enchia de público, esgotando todas as salas e cantos do CCB.

O corte no orçamento do Centro Cultural de Belém — que a Sra. Ministra diz que aumentou — foi de 7,5%. A primeira vítima desse corte: a Festa da Música. Agora só rumando a Nantes (que como sabem não é Paris), ou Bilbao (que não é Madrid), se poderá ir onde a Festa continua, sem nós e sem os portugueses que lá ganharam palco e nome. Resta-nos dizer com Chico Buarque: «Foi bonita a festa.»

(...)

A questão política que se coloca é a seguinte: num orçamento restritivo e num país a viver uma situação económica e financeira difícil, quais são as prioridades na cultura que se devem absolutamente salvaguardar e assegurar? Que papel tem o Estado na Cultura?

Olhando para o Orçamento de Estado e para o que tem sido a política cultural da Ministra, diríamos que se tem a sensação de que paira o descalabro e não se salvaguarda aquilo que é realmente essencial. É, porém, uma evidência que não há desenvolvimento, não há choque tecnológico, não há progresso, sem cultura.

No entanto, que faz o governo?

O Orçamento de Estado inviabiliza a programação do São Carlos (o corte é de 5%). A velha Cinemateca reduz 23% — provavelmente, como não foi capaz de demitir o seu director, João Bénard da Costa, a ministra corta-lhe o orçamento até à inviabilidade. A Biblioteca Nacional leva um corte de mais de 10,4%.

O Instituto do Livro e das Bibliotecas vegeta: ninguém sabe se já morreu de vez ou se continua vivo.

Pense-se o que se pensar das obrigações políticas mínimas do Estado na cultura, há dois sectores inquestionáveis, por ser insubstituível o seu papel e



ser nossa obrigação geracional. Falo dos museus e do património nacional. Da sua preservação. Por mais liberal que seja a visão, ou mais socialista de quem governa, existe o óbvio consenso de que o património nacional tem de ser preservado. Garantir a herança que recebemos das gerações anteriores e salvaguardar a nossa memória colectiva. Pois é neste domínio que o orçamento de 2007 apresenta os maiores e mais brutais cortes. É uma absoluta irresponsabilidade.

Mesmo de um ponto de vista estritamente financeiro, esta opção política só pode ser classificada de irresponsável e ignorante. Hoje, o turismo cultural na Europa é uma fonte importante de receita dos Estados. O turista que hoje circula por aí não vem só à procura de sol e de golfe. Vai visitar museus e quer conhecer património, procura concertos ou ópera.

Os maiores cortes orçamentais são porém no Instituto Português do Património Arquitectónico (17%) e nos Museus. No Instituto Português de Museus o corte é de 23,2%. Repito: 23,2%.

O IPPAR dificilmente vai conseguir acabar as obras que estão em curso, e nunca poderá atender a obras absolutamente urgentes de conservação de importante património que corre o perigo de desaparecer. Dou apenas alguns

exemplos gritantes: o Convento do Lorvão, um dos mais antigos e ricos conventos portugueses, onde se encontram os túmulos (em prata maciça do tempo de D. João V.

Ou o antigo convento de Semide, que vai caindo aos bocados e que há dias se perdeu um pouco mais, para já não falar dos fantásticos retábulos em numerosas igrejas do centro de João de Ruão em pedra de Ançã, e que por isso mesmo se perderão se não tiverem preservação urgente. Falo apenas de património do meu círculo eleitoral, mas podíamos e devemos falar do País no seu todo.

Só com uma política sem rumo nem sentido, se pode cortar no orçamento do IPPAR e dos museus nacionais. Para preservar a memória nacional e pelo menos tratarmos dos bens nacionais que herdámos, precisávamos de ter uma política cultural que percebesse a importância de mostrarmos o nosso passado e o nosso património.

Um governo que trata assim a cultura, um governo que asfixia naquilo que são as suas obrigações mais essenciais, é um governo que empenha o nosso futuro.

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Reestruturação do Instituto de Conservação da Natureza. Transferência de funcionários para o quadro de supranumerários

LUÍS CARLOTO MARQUES

Requerimento ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas

Abate de Azinheiras e Sobreiros no Monte de Espada, em Santiago do Cacém, e no Monte da Caniceira, em Aljustrel

LUÍS CARLOTO MARQUES / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Novo adiamento no lançamento do concurso "Concessão do Túnel do Marão"

RICARDO MARTINS / ADÃO SILVA / JORGE COSTA

Requerimento ao Primeiro - Ministro

Apoio a Associações de Solidariedade Social

AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / SÉRGIO VIEIRA

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Nó do Lombelho - Concelho de Valongo

AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / MIGUEL QUEIROZ / SÉRGIO VIEIRA / MIGUEL SANTOS

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

EM 606 e EN105, no Concelho de Valongo

AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / MIGUEL QUEIROZ / SÉRGIO VIEIRA / MIGUEL SANTOS

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Concessão Douro Litoral

AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / MIGUEL QUEIROZ / SÉRGIO VIEIRA / MIGUEL SANTOS

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Reabertura do terminal Portuário da Siderurgia Nacional (Aldeia de Paio Pires/Seixal)

LUÍS RODRIGUES

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Passagem inferior a Linha do Minho - Ermesinde

AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / MIGUEL QUEIROZ / MIGUEL SANTOS

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Atravessamento Rodoviário de Aljezur

MENDES BOTA

Requerimento ao Ministério da Economia e da Inovação

Importa Fazer o Balanço de PortugalSummer

MENDES BOTA

Requerimento ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas

Abate de Azinheiras e Sobreiros no Alentejo

JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / LUÍS CARLOTO MARQUES

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Ponte Alcouthim - San Lucar

MENDES BOTA e outros DEPUTADOS de outros partidos políticos

Requerimento ao Conselho de Administração RTP

Serviço Público de Rádio - comentário público

AGOSTINHO BRANQUINHO / PEDRO QUARTIN GRAÇA / LUÍS CAMPOS FERREIRA

Requerimento ao Primeiro - Ministro

Adjudicação de estudo sobre as SCUT

JORGE COSTA

Requerimento ao Governo

Corte imposto pelo Governo às Universidades no OE 2007

MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA,

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2006 - 10:00H e 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate e votação na Especialidade do Orçamento do Estado para 2007

Votações às 12H00, 16H30 e no final do debate

QUINTA-FEIRA,

DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, 10:00H e 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate e votação final global na Especialidade do Orçamento do Estado para 2007

Votações no final do debate

Votações regimentais



Assunção Esteves debate Comunicação Europeia

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, a Deputada do PSD Assunção Esteves interveio no debate sobre o Relatório Herrero-Tejedor relativo ao Livro Branco para a Comunicação Europeia.

Assunção Esteves iniciou a sua intervenção afirmando que “o problema da comunicação entre a Europa das instituições e a Europa dos cidadãos perdura há demasiado tempo sem uma resposta.”

Na opinião da Deputada do PSD, “a Europa ainda não formou um **centro político capaz de atrair e mobilizar os cidadãos**. Capaz de os comprometer neste tempo de mudança”. Para Assunção Esteves, as causas estão à vista: “**ausência de uma adequada reforma institucional. Prevalência do poder de representação indirecta do Conselho sobre a força de representação directa do Parlamento. Prevalência da burocracia e do mistério dos gabinetes sobre uma verdadeira acção de publicidade e informação.**”

“Os cidadãos - como lembra o Eurobarómetro - olham as instituições europeias como uma realidade distante, ou mesmo estranha. De algumas, nem conhecem os contornos. A rua está longe dos centros de poder. **O sistema político não responde ao ambiente social.**”

Segundo a Vice-Presidente do PSD, “a verdade é que uma cidadania europeia,



transnacional e cosmopolita, só existe com os impulsos da vontade política. Justamente porque ela não tem a força da espontaneidade das cidadanias nacionais.”

“É urgente compreender a importância estratégica dos meios de comunicação de massa generalistas. É urgente incluir nos currícula das escolas, universidades e centros de formação o tema da Europa. É urgente a publicidade institucional nos media. É urgente tomar a sério o trabalho dos gabinetes de informação da Comissão e do Parlamento nos Estados membros.”

A terminar, Assunção Esteves afirmou ainda que “é importante não adormecer o projecto constitucional de refundação da Europa. Sem uma reforma institucional séria e sem uma política de informação eficaz, a Europa será um gigante de pés de barro.”



Duarte Freitas preocupado com actual estado dos stocks de espécies altamente migradoras

O Parlamento Europeu irá pronunciar-se em breve acerca do actual estado de debilidade de algumas espécies de peixe altamente migradoras, como é o caso do atum rabilho.

Está neste momento em cima da mesa, uma proposta de Regulamento do Conselho para que se estabeleçam **medidas técnicas de conservação** para algumas unidades populacionais deste tipo peixes com o objectivo de **actualizar a regulamentação comunitária** que transpõe as **medidas técnicas de conservação para grandes migradores** entretanto adoptadas nas organizações regionais de pesca competentes em matéria de gestão e conservação de tunídeos e espécies afins.

O Eurodeputado Duarte Freitas está preocupado como o actual estado de alguns mananciais de pesca destas espécies e alerta para a “**urgência na tomada de medidas que permitam salvaguardar a sustentabilidade destas espécies**”

Para Duarte Freitas “**é fundamental que a UE adopte regulamentação específica a fim de que sejam actualizados os tamanhos mínimos de captura destas espécies e a revisão das artes de pesca utilizadas neste tipo de pescarias.**”

Duarte Freitas mostrou-se ainda favorável à **criação de zonas de reserva e períodos de defeso da pesca, como forma de limitação do esforço de pesca.**

O Deputado do PSD considera que a existência de riscos potencialmente graves com consequências irreversíveis é uma realidade e apela à utilização de **artes de pesca** cada vez mais selectivas e **amigas do ambiente** como solução para uma pesca responsável.

A este respeito lembrou ainda que os Açores são um exemplo a seguir, numa clara alusão à arte de salto e vara utilizado na captura do Atum.

Empresários Portugueses na Suíça disponíveis para avançar com fundos para projectos da ACNUR

Os empresários portugueses radicados na Suíça declararam-se hoje disponíveis para contribuir com fundos para dois projectos do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) em Angola durante uma reunião em Genebra.

“O meio empresarial está disponível para avançar com fundos”, disse Hans Lunshos, após um encontro do Alto Comissário da ONU para os Refugiados, António Guterres, com a comunidade portuguesa a viver na Suíça, sem, contudo, precisar a quantia oferecida pelos portugueses.

Segundo a mesma fonte, o encontro serviu essencialmente para dar a conhecer aos portugueses o trabalho da ACNUR nos países lusófonos, nomeadamente Angola, e sensibilizar a comunidade para a necessidade de reintegrar os refugiados nas sociedades de acolhimento.

António Guterres reuniu-se hoje ao final da tarde com vários sectores da comunidade portuguesa para angariar fundos para dois projectos em Angola no âmbito da educação e da agricultura.

O projecto “Angola: Português Além Fronteiras” pretende facilitar a integração de 2.000 crianças refugiadas de guerra e que agora regressaram a Angola a aprender português, facilitando a sua reintegração no país de origem.

O projecto na área da agricultura, denominado “Angola: Sementes, Sinal do Futuro”, visa facilitar a reintegração de 500 famílias através da distribuição de sementes de forma a diminuir a sua dependência da ajuda humanitária.

Conselho das Comunidades pede ao Governo para não acabar com o “Porte Pago”

O Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) pediu hoje ao Governo para não aprovar o já

anunciado fim do porte-pago dos jornais portugueses que são vendidos no estrangeiro.

“O porte-pago tem tido, ao longo dos anos, uma importância fundamental para que sejam mantidos os elos que ligam os portugueses que residem no estrangeiro com as suas regiões de origem. Os jornais criados nas comunidades nunca poderão substituir as publicações regionais”, afirma o CCP em comunicado.

Aquele órgão de consulta em matéria de Emigração diz ainda que “a imprensa regional e os jornais direccionados para as Comunidades têm tido uma missão de preservação da Língua Portuguesa no estrangeiro, muitas vezes em regiões onde o Estado já se demitiu de a preservar há muito tempo”.

Por isso, o CCP pede ao Conselho de Ministros para “não aprovar a decisão de supressão do porte-pago” e sugere que “sejam estabelecidos critérios de atribuição do porte-pago e sejam fiscalizados os órgãos de comunicação social que não cumpram os requisitos mínimos de uma informação isenta e séria”.

O CCP quer ainda que o Governo o consulte para “dar contribuições para a realização dos referidos critérios de atribuição do porte-pago”.

Em comunicado, o Conselho das Comunidades afirma que “o portal virtual que o Governo tenciona criar para aglomerar as páginas Internet dos jornais regionais é uma ideia que deve ser realizada, mas que não substitui o envio do jornal em papel”.

“O argumento evocado por membros do Governo de que ‘os emigrantes estão bem na vida e podem pagar os jornais que recebem’ mostra um desconhecimento total da realidade e contradiz os esforços de ‘coesão nacional’ do qual o Governos e tem dito garante”, critica o CCP.

“Esperamos que o Governo pare de menosprezar as comunidades portuguesas instaladas no estrangeiro e dê, pelo menos um sinal, que está interessado em manter a “identidade” portuguesa espalhada pelo mundo”, sublinha.

O CCP critica ainda o facto de o Governo ter decidido, “unilateralmente e sem consultar o Conselho, suprimir o porte-pago para o estrangeiro”.- **Boletim da CCP**

Visita de Deputado do PSD à Alemanha

O Deputado pelas Comunidades Portuguesas, Carlos Gonçalves do PSD reuniu-se em Osnabrück, na RFA, com o Conselheiro Nelson Rodrigues. No encontro tiveram também presentes o presidente da Colectividade, Meira Domingues e o tesoureiro, Paulo Jorge. A comissão de pais desta cidade representada por Fernanda Castro e Cristina Pinto, apresentaram ao Deputado a situação dramática do Ensino de Português nesta cidade da Baixa Saxónia. Estamos fins de Novembro e quase 60 crianças continuam sem aulas. A responsabilidade cabe ao Ministério da Educação em Lisboa que até à data não soube dar uma resposta adequada a este problema. Muitas promessas que não são cumpridas.

“Esta situação é inaceitável”, afirmou o Conselheiro Nelson Rodrigues durante a reunião. Os representantes dos pais estão também indignados e chamaram a atenção que os seus filhos tem o direito de receber aulas de português atempadamente e sem estes atrasos. O Deputado prometeu meter um requerimento de esclarecimento perante o Ministério desde que até fins de Novembro não haja uma solução satisfatória para os pais e responsabiliza o actual governo PS por este caso, que não é unico na Alemanha.

Também na cidade de Ravensburg crianças portuguesas

continuam sem aulas. O Conselho das Comunidades Portuguesas alertou devidamente para o transtorno que traria uma mudança de sistema de contratação dos professores, feita em cima dos joelhos, mas o governo não deu ouvidos ao CCP.

Quem sofre as consequências agora são os alunos afectados. O CCP-RFA está em contacto com a Coordenadora do Ensino em Berlim, a prof^a. Mendonça e continuará a alertar e a reivindicar uma solução urgente.

Neste encontro também se abordaram os problemas centrais do associativismo na Alemanha e a necessidade urgente de o Governo finalmente apoiar as medidas já há muito propostas pela FAPA da formação de dirigentes associativos. Alertou-se para um requerimento por parte da FAPA, feito já lá vão muitos meses, em Março de 2005, perante a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares.

A FAPA requereu meios financeiros para poder realizar medidas (4 cursos) de formação para dirigentes associativos. Depois de rejeitado em Agosto de 2005 a FAPA, não querendo aceitar a decisão da DGACCP, apresentou um novo orçamento para poder realizar pelo menos um dos cursos. A 10 Junho 2006 foi apresentado pessoalmente, num encontro em Düsseldorf, pelo Presidente da FAPA ao SECP, António Fernandes da Silva Braga, e ao Director da DGACCP, Embaixador Dr. José Manuel da Costa Arsénio, novamente a necessidade urgente de se realizar os cursos de formação para dirigentes associativos. O que foi confirmado por todos os presentes do encontro entre eles também o Sr. Embaixador de Portugal em Berlim, Dr. João de Valleria.

Em Setembro de 2006 foi enviado mais documentação (solicitada) sobre o projecto para a DGACCP. A FAPA continua até hoje esperando uma resposta (decisão) da DGACCP. A falta de disponibilidade de tomar funções dentro das colectividades e os



problemas de ordem financeira representam os factores centrais da actual crise associativa que se está alastrar por toda a Alemanha.

“A motivação de novos dirigentes associativos tem que ser estimulada através de ofertas atractivas”, referiu o Conselheiro Nelson Rodrigues durante o encontro. Cursos de gerência trazem uma mais valia para o associativismo e particularmente

para os dirigentes.

Só assim poderão enfrentar devidamente os novos desafios. Um elogio mereceu o trabalho prestado pelos técnicos sociais dos Consulados perante as associações, assim como o apoio dado pelos consules.

“Muito depende dos chefes dos postos consulares”, concluiu-se finalmente. - **Nelson Rodrigues, membro do CCP**

No Canadá, pintores portugueses buscam canais de venda

Uma exposição de quadros de onze pintores portugueses é hoje inaugurada no consulado português de Montreal, sendo um dos objectivos procurar “canais de venda no Canadá”, afirmou o presidente do Clube Nacional de Artes Plásticas (CNAP).

Orlando Medeiros, director do CNAP, referiu que exposição é diversificada, com a apresentação de trabalhos de “pintores com características muito diferentes”.

Os pintores portugueses em exposição são Armando Anjos, Carlos Prudêncio, Cidália Nunes, Jesus Guido, Manuela Pinheiro, Miguel Barbosa, Moreira Aguiar, Oliveira Tavares, Pedro Castanheira, Tereza Trigoalhos e Vieira Baptista.

A mostra faz parte de um conjunto de quadros que viajou para o Canadá, tendo parte da colecção já estado exposta em Outubro e Novembro no Consulado

Geral de Portugal em Toronto. “Os resultados foram positivos. Aquilo que queremos fundamentalmente é conseguir contactos de empresas que nos possibilitem a venda de arte em várias cidades do Canadá. E já conseguimos alguns”, apontou

O Canadá é a primeira etapa da iniciativa de internacionalização do CNAP, justificando-se a sua escolha como um mercado com maturidade para as artes e que, por outro lado, pode compreender a pintura portuguesa devido à comunidade de origem lusa radicada no país.

Orlando Gomes adiantou que a exposição irá estar patente em Montreal durante algumas semanas, após o que seguirá para Otava, iniciativa em que contará com o apoio da Embaixada de Portugal e que garantirá a permanência no Canadá até final do ano.

Para 2007, o responsável referiu ter já contactos para apresentar a mostra colectiva em várias cidades dos Estados Unidos.

O CNAP é uma empresa de comércio de obras de arte, criada em 2001 em Lisboa, contando cerca de duas centenas de sócios investidores e coleccionadores de arte, assim como 30 sócios artistas portugueses.

- Boletim das Comunidades

Deputado do PSD visita Estugarda com Ensino do Português na agenda



O deputado do PSD pela Emigração Carlos Gonçalves inicia terça-feira uma visita de três dias a Estugarda e Ravensburg, na Alemanha, com o Ensino do Português na agenda, foi hoje anunciado.

“Como é possível estarmos a dia 20 e alguns cursos ainda não terem começado, quando as aulas na Alemanha começam em Agosto?”, questionou o deputado.

Carlos Gonçalves disse ainda que é “intolerável e incompreensível que se deixem crianças sem o Ensino do Português”.

Ressalvando que a coordenadora do ensino na Alemanha “apontou

questões administrativas para que alguns cursos ainda não tenham começado”, o deputado criticou ainda o silêncio do Ministério da Educação (ME).

“Este secretário de Estado da Educação vai ficar para a história”, afirmou o social-democrata, acrescentando não compreender porque motivo o ME “não dá qualquer explicação” sobre esta matéria ou como “deixa a coordenação do ensino numa situação de falta de recursos humanos”.

De acordo com o deputado eleito pelo círculo da Europa, além da Alemanha, há também a registar atrasos no início de cursos de Português em outros países como o Reino Unido ou França.

Na visita a Estugarda e Ravensburgo, Carlos Gonçalves também debateu a questão da reestruturação consular.

“A comunidade portuguesa anda apreensiva desde que o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, proferiu declarações que indiciam o encerramento de alguns consulados na Alemanha”, afirmou o deputado.

O social-democrata apelou mais uma vez ao secretário de Estado das Comunidades para que “antes de tomar qualquer medida, ter o cuidado de visitar a maioria dos postos”.

Carlos Gonçalves começou por visitar o consulado de Portugal em Estugarda e encontrou-se depois com dirigentes associativos.

Na quarta-feira manteve reuniões com o vice-presidente da Câmara Municipal de Ravensburg e com responsáveis políticos alemães daquela cidade.

Visitou ainda a Associação Portuguesa e reuniu-se com a comunidade portuguesa.

Na quinta-feira, Carlos Gonçalves teve encontros com as Comissões de Pais Portugueses de Magstadt, Boblingen e Sindelfingen.

- PL

As estruturas de Lisboa do PSD reiteram por unanimidade, o total apoio ao Programa Eleitoral, ao Presidente da CML e à Presidente da Assembleia Municipal

As Comissões Políticas de Secção de Lisboa do Partido Social-Democrata (CPS/PSD/Lisboa), reunidas em 24 de Novembro de 2006, verificando o profundo sentido de coesão e unidade existente no Partido Social de Democrata de Lisboa sobre a estratégia autárquica, deliberaram por unanimidade tornar publico o seguinte comunicado:

As estruturas do PSD de Lisboa, reiteram o seu apoio ao programa eleitoral do PSD para o município de Lisboa sufragado maioritariamente em Outubro de 2005 pelos Lisboaetas.

O nosso Programa eleitoral é o instrumento de acção política do PSD no Concelho de Lisboa.

Manifestam solidariedade, confiança e apreço ao trabalho desenvolvido pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa Dra. Paula Teixeira da Cruz, aos deputados municipais eleitos, aos Presidentes de Junta de Freguesia, trabalho este que permitiu a credibilização deste órgão autárquico, enquanto fórum de debate dos problemas da cidade e de fiscalização da acção do executivo municipal.

Manifestam de forma pública e inequívoca a sua inteira solidariedade e confiança política ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Professor Eng.º Carmona Rodrigues e à equipa de Vereação, na certeza de que o executivo social-democrata concretizará no seu mandato o programa eleitoral sufragado pelos Lisboaetas, sem interferência de projectos pessoais.

Desejam que os demais partidos políticos representados no executivo respeitem a livre escolha dos Lisboaetas.

Lamentam a ocorrência de situações episódicas provocadas por pequenas vaidades pessoais daqueles que não obtendo apoio nas estruturas do Partido, recorrem à comunicação social, acabando por servir objectivos outros e prejudicando assim, a afirmação do projecto do PSD para a cidade de Lisboa.

As estruturas do PSD do Concelho de Lisboa irão propor a aprovação deste comunicado como deliberação da Assembleia Distrital de Lisboa.

- Ass.: As Secções, por unanimidade, A, B, Oriental (vice presidentes), D, E, F, G, e H



Notícias dos Açores

Costa Neves classificou como “um saco azul de 1.255 milhões” o Orçamento e Plano para 2007 do Governo Regional.

Notícias dos Açores

Costa Neves classificou como “um saco azul de 1.255 milhões” o Orçamento e Plano para 2007 do Governo Regional.



A bancada do PSD no parlamento açoriano apresentou hoje cinco propostas de alteração ao Plano do Governo Regional para 2007, que prevêem reforços de verbas para a Saúde, Agricultura e Turismo.

Em conferência de imprensa, o líder parlamentar do PSD/Açores salientou que as propostas de alteração ao documento do executivo socialista, que está em debate esta semana na Assembleia Regional, defendem ainda uma maior aposta nas energias renováveis e na protecção das nascentes do arquipélago.

Clélio Meneses não admitiu, porém, alterar o sentido de voto da sua bancada, que já anunciou o voto contra aos documentos do Governo, por se manifestar convicto de que a maioria

socialista no parlamento açoriano vai rejeitar as propostas do PSD.

Na conferência de imprensa, o responsável social-democrata adiantou que o dinheiro necessário para o reforço das verbas proposto pode sair da verba provisional, mas considerou que os documentos do Governo Regional são de tal forma “pouco transparentes” que o montante necessário pode sair de qualquer sector.

Facilitar o acesso dos utentes aos cuidados de saúde, reforçar as verbas para a promoção turística das ilhas, apostar no investimento em novas energias renováveis, proteger as nascentes e intensificar a reestruturação fundiária na agricultura são os objectivos das propostas hoje apresentadas.

Apesar de estar ainda a decorrer o debate das propostas de Plano e Orçamento para 2007, o líder regional do partido, Costa Neves, já tinha anunciado, antes da discussão dos diplomas, que os sociais-democratas pretendiam votar contra.

Na semana passada, o presidente do PSD/Açores classificou como “um saco azul de 1.255 milhões” o Orçamento e Plano para 2007 do Governo regional socialista do arquipélago, considerando que os documentos revelam “falta de transparência e de estratégia”.

“O Orçamento e o Plano para 2007 são um saco azul de 1.255 milhões de euros para gastar em despesas de funcionamento e em toneladas e mais toneladas de betão, sem que o ligue um fio condutor”, afirmou Carlos Costa Neves, na altura. - PSD/A

Notícias de Aveiro

XIII Convenção Internacional de “Actividade física e “Despolazer” de Aveiro- 2006”

A Câmara Municipal de Aveiro apresentou no dia 21 em Conferência de Imprensa a XIII Convenção Internacional de Actividade Física “Corpo em Movimento” e a Despolazer Aveiro '06.

Durante o fim-de-semana de 25 e 26 Aveiro foi palco de inúmeras manifestações desportivas. Assim, o Parque de Exposições de Aveiro, a Piscina e Pavilhão do Clube dos Galitos e o Pavilhão da Escola EB 2, 3 de Aradas foram os espaços da Convenção de Fitness.

A XIII Convenção Internacional de Actividade Física “O Corpo em Movimento” e a Despolazer Aveiro '06 são uma organização conjunta entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Manz Produções e tem como principal objectivo fomentar o ensino e aperfeiçoamento de novas técnicas na área do fitness.

Durante dois dias “o movimento, a energia, a música e a animação marcaram presença obrigatória na Convenção de Fitness que este ano se apresentou em Aveiro com algumas inovações”, refere Jorge Greno, vereador da Câmara Municipal de Aveiro responsável pelo Pelouro do Desporto.

André Manz e Rita Rainha, da Manz Produções realçam a importância deste evento uma vez que serve “para mostrar o que de mais recente existe no mercado do fitness e contamos com a presença de prelectores de renome nacional e internacional”.

Entre a Feira, a Convenção, as aulas e demonstrações, muita actividade decorreu nos espaços desportivos de Aveiro e a “Manz Fitness 06” levou a Aveiro, como convidado, Edson Athayde, publicitário, para falar sobre a área de negócio, publicidade e comunicação.

As actividades destinam-se a profissionais de área e ao público em geral e os professores vêm de diversos países. Os participantes tiveram ao seu dispor vários workshops, aulas e palestras das mais variadas áreas.

As vertentes mais procuradas são o fitness e as “masters” (club dance; bodystep; hip hop; bodycombat; step this way; bodyjam; house dance e bodyattack). No entanto, o relaxamento e recuperação associada ao meio aquático, bem como a dinâmica imposta pelos aparelhos aquáticos, são outras soluções de actividade física cada vez mais procuradas.

O corpo e mente (yoga); nutrição e suplementação; recreação; terceira idade; fisioterapia; multi treino; e dança, não foram esquecidos. A constante evolução e profissionalização do mercado conduz obrigatoriamente a elevados graus de especialização dentro da área de gestão, marketing e comunicação.

Em simultâneo, vai decorrer a Despolazer Aveiro '06 - Feira de Desporto, Saúde e Lazer, no Parque de Exposições de Aveiro. No dia 25 o horário de visita é das 11.00 às 20.00 horas e no dia 26 é das 11.00 às 19.00 horas.

Numa área total de exposição de 6.000 m2 ocupada por mais de 60 expositores poderá ser encontrada uma grande variedade de produtos e serviços. Empresas de aparelhos e equipamentos de ginásios e piscinas, vestuário e calçado desportivo, suplementos alimentares, alimentação saudável, desportos de aventura, Health Clubs, spas, e muitas mais empresas estarão presentes na Despolazer.



Programa Cultural para a 1ª Bienal Internacional de Arte Contemporânea

É o seguinte o Programa Cultural integrado na primeira edição da Bienal Internacional de Arte Contemporânea de Aveiro, que está patente até 30 de Dezembro, de Terça-feira a Domingo, das 14 às 19 horas, no edifício da antiga Capitania, no Museu da Cidade, na Galeria dos Paços do Concelho e na Galeria Morgados da Pedricosa.

O programa cultural surge no âmbito da Bienal Internacional de Arte Contemporânea e consiste na realização de vários concertos, espectáculos e palestras. Pretende-se, deste modo, criar uma nova dinâmica com outras vertentes da arte e da cultura.

Assim, as actividades são as seguintes:

Dia 23 de Novembro

22.00 horas - Mercado Negro

- Palestra Concerto – “De Poesia Falemos” - Luís Serrano, Rui Baptista (flauta) e Manuel Álvaro Martins (guitarra).

Dia 25 de Novembro

16.00 horas - Biblioteca Municipal de Aveiro

- Palestra – “Instrumentos Musicais da Tradição Oral Portuguesa” – José Alberto Sardinha.

21.30 horas – Igreja de Jesus (Museu de Aveiro)

-Concerto – “Concentus Alavarium”.

30 de Novembro

21.30 horas – Centro Cultural e de Congressos de Aveiro

- Espectáculo – Grupo de Cantares Xailes de Aveiro e Grupo Etnográfico e Cénico das Barocas

2 de Dezembro

21.30 horas – Biblioteca Municipal de Aveiro

- Palestra – “O Desenho: Entre a Razão e o Sensível” – José Maria da Silva Lopes

9 de Dezembro

21.30 horas – Auditório do Conservatório de Aveiro Calouste Gulbenkian

- Concerto – Tuna Sociedade Musical de Santa Cecília

11 de Dezembro

21.30 horas – Centro Cultural e de Congressos de Aveiro

- Concerto – Banda Sinfónica do Conservatório de Música de Aveiro

19 de Dezembro

21.30 horas – Centro Cultural e de Congressos de Aveiro

-Concerto – Associação Musical e Cultural de São Bernardo:

Orquestra de Metais;

Grupo de Percussão;

Banda de Gaitas;

Grupo de Metais.

Foram a concurso 516 obras, num total de 258 artistas portugueses, holandeses, italianos, norte-americanos, brasileiros e ingleses, tendo sido seleccionadas 78 obras de 48 artistas. A exposição integra igualmente, uma exposição do artista francês Evariste Richer, intitulada “Precipitado” que se encontra na Galeria dos Paços do Concelho. ““Precipitado” tomou como ponto de partida o aspecto “atmosférico” de Aveiro: uma cidade construída sobre um canal, perto da beira-mar, com uma forte taxa de humidade”, refere Joana Neves, comissária de bienal.



Ricardo Rio e Miguel Macedo lideraram candidaturas aos Órgãos da Secção

Ricardo Rio e Miguel Macedo assumiam, respectivamente, a liderança das listas candidatas à Comissão Política e à Mesa da Assembleia de Secção do PSD de Braga nas eleições que tiveram lugar na Sexta-feira, dia 24 de Novembro.

Se quanto a Ricardo Rio se tratava de uma recandidatura para aquele que será o seu último mandato à frente desta estrutura do Partido (cuja liderança assumiu em Junho de 2002), o actual Secretário-Geral do Partido irá substituir António Marques que, por razões estatutárias, não pôde voltar a ser candidato.

Recorde-se que, entre outras funções político-partidárias, Miguel Macedo foi já Presidente da Comissão Política do PSD de Braga entre 1997 e 1999 e é actualmente Deputado na Assembleia da República e na Assembleia Municipal de Braga.

Por sua vez, o responsável máximo dos Social-Democratas Bracarenses é também o líder dos Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” na Câmara Municipal de Braga, após encabeçar a candidatura desta Coligação nas últimas Eleições Autárquicas.

De acordo com a mensagem endereçada por via electrónica aos Militantes da Secção, Ricardo Rio e Miguel Macedo apresentaram-se com dois objectivos claros: a conclusão do projecto de reconstrução da Sede Concelhia do Partido (sita no Largo da Senhora-a-Branca) e a criação de condições para a conquista da Câmara Municipal de Braga nas Eleições Autárquicas de 2009.

A conclusão das obras na Sede Concelhia, cuja primeira fase (demolição e reconstrução) foi já dada por terminada, é seguramente o projecto mais emblemático de um conjunto de compromissos e iniciativas internas em que se inserem:

i) o aumento sustentado do número de Militantes da Secção (que se deseja suba para os 2.000 até 2008 face aos actuais 1.300) e a regularização das quotas em dívida (para uma percentagem não inferior a 60% contra os cerca de 30% actuais);

ii) o reforço e diversificação dos canais de comunicação com os Militantes (quer através dos habituais meios de divulgação em suporte físico e electrónico, quer através da criação de espaços informais de discussão e debate das diversas matérias que contendem com a intervenção do Partido), nomeadamente através da criação de uma Intranet;

iii) o crescente envolvimento dos

Militantes e Simpatizantes do PSD com as actividades do Partido, em função das suas disponibilidades, interesses e perfis académicos e profissionais;

iv) a promoção de uma colaboração ainda mais intensa com os Deputados do Distrito, os Eleitos Locais e os Órgãos do Partido (CPD, CPN, Conselho Nacional), nos quais se quer assegurar uma representação crescente da Secção;

v) a prossecução regular da actividade do Gabinete Autárquico (retomando o Ciclo de Visitas, alargando as iniciativas de formação para Autarcas e os convívios, promovendo uma radiografia exaustiva às Freguesias de Braga e disponibilizando serviços técnicos de aconselhamento);

vi) no respeito pela autonomia das estruturas, a manutenção da estreita colaboração que se verificou ao longo dos últimos anos com as estruturas locais da JSD – Juventude Social Democrata, dos TSD – Trabalhadores Sociais Democratas e dos ASD – Autarcas Social Democratas;

vii) o alargamento do número de militantes e simpatizantes do sexo feminino que participam activamente na vida política e partidária local.

As candidaturas exprimiram a sua firme convicção de que os Bracarenses irão depositar a sua confiança no projecto liderado por Ricardo Rio nas próximas Eleições Autárquicas, entendendo que é obrigação do PSD de Braga demonstrar a valia das suas propostas e suscitar o envolvimento da sociedade civil Bracarense na construção desta alternativa de mudança.

Para tal, consideram que os órgãos eleitos na exta-feira devem procurar alargar os espaços de reflexão e debate sobre as principais matérias em apreço, abertos a todos os militantes, simpatizantes e cidadãos independentes, quer através da operacionalização dos Gabinetes de Estudo, quer por via de iniciativas públicas de discussão, quer, ainda, pela recorrente auscultação dos protagonistas das áreas visadas.

Neste âmbito, insere-se também a organização de eventos periódicos que versem as temáticas mais candentes da vida do nosso município e do nosso país, e o acompanhamento regular das preocupações dos cidadãos e forças vivas do concelho.

Ao longo dos próximos dois anos, o PSD de Braga deve dar o seu contributo para o sucesso dos projectos de cariz supra-municipal



existentes nesta região e para a defesa intransigente, junto do poder central, das legítimas aspirações dos Bracarenses ao nível de investimentos infra-estruturantes (na Saúde, na Segurança, na Educação, nos Transportes e Acessibilidades, entre outras áreas de relevo).

Ao nível local, devem as estruturas do PSD de Braga, em articulação com os Autarcas eleitos, assegurar uma Oposição Construtiva, vigilante, crítica e responsável, na CMB e AMB, fomentando o debate e a dignificação de tais órgãos, procurando dar permanente resposta aos anseios dos Bracarenses.

Ciclo de Conferências que versa os 20 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo

A Comissão Política do PSD de Braga (CPS-PSD) tem vindo a promover um Ciclo de Conferências que versa os 20 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo, para o qual elegeu quatro grandes temáticas (o Estatuto da Carreira Docente, a Gestão Escolar, o Ensino Profissional e o Insucesso e o Abandono Escolar) que vêm sendo abordadas por reputados especialistas do sector.

Depois das participações dos Professores João Grancho e João Formosinho que assumiram as intervenções centrais nas duas primeiras Conferências, realizou-se no dia 17 de Novembro, a terceira iniciativa deste Ciclo, versando o “Ensino Profissional”.

O Conferencista foi o Doutor Joaquim Azevedo, Presidente do

Instituto de Educação da Universidade Católica, Porto, tendo como comentadores o Dr. José Oliveira, Director Pedagógico de Escola Profissional e o Dr Cláudio Marques, Director de Escola Profissional. A moderação ficará a cargo do Doutor Manuel Joaquim Cuiça Sequeira, Professor Catedrático Aposentado da Universidade do Minho e Vice-Presidente da Comissão Política do PSD de Braga.

Como habitual, a sessão decorreu no Auditório da Junta de Freguesia da Sé, a partir das 21:30 horas, sendo aberta a todos os interessados.

Foi mais um bem sucedido este desafio à população bracarense e à sua comunidade educativa para reflectir e debater o estado do seu sistema educativo, participando activamente neste conjunto de iniciativas.

Concluída a primeira fase das obras da Sede Concelhia

Está já concluída a primeira fase das obras da Sede Concelhia do PSD de Braga, sita no Largo da Senhora-a-Branca, 116, que teve início em Maio do corrente ano e que consistiu na total demolição do interior do edifício e da sua posterior reconstrução e redifinição das divisórias interiores.

Neste momento, enquanto se elabora o Caderno de Encargos para a 2ª fase (Acabamentos), com vista ao estabelecimento de um processo de consulta ao mercado para selecção da respectiva empresa executante, entendeu a Comissão Política do PSD de Braga (CPS-PSD) que esta era uma excelente oportunidade para possibilitar a todos os Militantes e Simpatizantes do Partido um primeiro contacto com a obra em curso.

Assim sendo, a CPS convidou todos os interessados a visitar a sua Sede Concelhia na tarde de Sábado, entre as 15:00 e as 17:00 horas, numa iniciativa designada de “*PSD com Obra Aberta*”.

Na ocasião, poderam os visitantes ficar a saber a natureza dos trabalhos já realizados, verificar a nova estrutura de aproveitamento dos espaços, aferir da instalação de novas condições de mobilidade no interior do edifício (com a redefinição do layout das escadas e a instalação de um elevador) e conhecer os projectos para a fase de acabamentos que em breve se irá iniciar. – **Gab. Imp. PSD/ Braga**



Notícias de Évora

Eleições para os órgãos distritais

Realizou-se na noite de 17 de Novembro a eleição para a Comissão Permanente, para a Mesa da Assembleia Distrital, para o Conselho de Jurisdição Distrital de Évora bem como os Delegados de todas as Secções do Distrito à Assembleia Distrital.

Os órgãos distritais foram eleitos com 85% dos votos expressos pelos militantes do Distrito de Évora.

Daquela votação resultou a vitória da Lista A composta pelos seguintes militantes:

- Comissão Permanente Distrital de Évora

Presidente : António Costa Dieb

Vice - Presidentes: Virgílio J. D. S. Maltez e Jorge C. Cochicho

Tesoureiro: Francisco José Ramalho

Vogais: Núria Gomes, Francisco Oliveira, Gonçalo Tristão, Rui Herdadinha, Luís Eustáquio, Luís Sousa, António Silva, José P. Rita, Florinda Ferragolo, Nuno Zapico, António Espadaneira e Rodrigo Gusmão

- Mesa da Assembleia Distrital de Évora

Presidente : Bernardo Fialho

vice-presidente: Margarida Alfacinha

Secretários: João Malheiro, José Lopes e Luís Mendes

- Conselho de Jurisdição Distrital

Presidente : Paulo Rondão

Vogais: Hélder Rebocho, José Mestre, Joaquim Piçarra, João Góes, Paulo Infante, Vânia Saião e João Tobias

Das linhas programáticas apresentadas a sufrágio, destacam-se as seguintes:

- Abertura do PSD ao debate externo, consolidando um espaço próprio no seu universo político;

- Criação do Conselho estratégico Distrital para apoio e integração na orgânica decisional do PSD de todo o conhecimento histórico, acervo do partido.

- Apoio político às bases pela criação de estruturas que auxiliem política e tecnicamente as secções na sua acção interna e externa;

- Consolidação do apoio político, técnico e jurídico aos autarcas do PSD em todo o distrito e colaboração activa e empenhada na preparação do próximo embate autárquico;

- Ampliar a visibilidade dos diversos protagonistas do Partido, apoiando iniciativas e acções de promoção pública do PSD e dos seus dirigentes nos respectivos palcos de actuação;

- Acompanhamento dos problemas do distrito junto do Parlamento, do Governo e das estruturas nacionais do PSD, dando voz e apoiando a oposição;

- Trabalho activo com os representantes de outros distritos



alentejanos no Parlamento em prol da Região e do País;

- Dinamização, estímulo, promoção e apoio à participação de militantes e simpatizantes do PSD em Associações de carácter económico, cultural e desportivo nos diversos concelhos;

- Trabalho empenhado para articular a acção de militantes e simpatizantes cujo desempenho de lugares de visibilidade pública demonstrem competência, dinâmica e reconhecimento local;

- Reflexão política participada com todos os concelhos, com as restantes estruturas distritais do PSD, através da constituição de Grupos Temáticos;

Os órgãos eleitos comprometem-se a actuar, seguindo três princípios fundamentais:

1- A Distrital das Secções, potenciação do Partido junto das Populações.

2- O consenso de gerações, que abre espaço a novos Protagonistas para o Futuro.

3- A conquista de vitórias eleitorais, com particular relevo para as Autarquias e Legislativas.

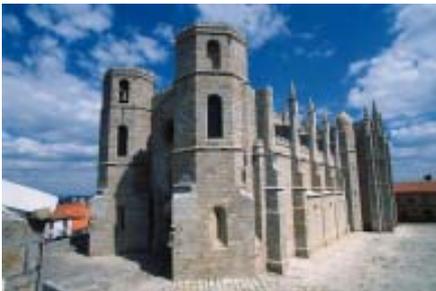
Para o efeito os novos órgãos eleitos assumem renovar esforços para os desafios que tais compromissos lhes reservam, e declaram-se preparados a levar por diante as ideias que no âmbito da sua acção respondam aos anseios das populações do Distrito, dos seus Concelhos e Freguesias.

Tal concretização, passa inexoravelmente, pelas conquistas nos próximos actos eleitorais ao nível Europeu, Nacional, e Local, bem como na oposição a uma política sem rumo e de confronto contra os Portugueses, levada a efeito pelo actual executivo socialista.

- CPD/Évora

Notícias da Guarda

Distritos fronteiriços penalizados pelo baixo IVA espanhol



O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Miguel Frasquilho, denunciou, na Guarda, que os distritos fronteiriços estão a ser penalizados pelo facto do IVA ser mais baixo em Espanha.

Miguel Frasquilho, que falava num colóquio organizado pela Comissão Política Distrital do PSD sobre o Orçamento de Estado para

2007, observou que, enquanto Portugal mantiver o IVA a 21 por cento e em Espanha o imposto se situar nos 16 por cento, “empresas e estabelecimentos vão à falência todos os dias”.

Segundo o deputado, a diferença de cinco pontos percentuais entre o IVA cobrado nos dois países “está a afectar a competitividade das empresas portuguesas dos distritos fronteiriços”. – Fonte: Lusa



Notícias da Madeira

“Pela primeira vez um governo, em Lisboa quer derrubar a estrutura governamental de uma Região Autónoma”

O presidente do executivo madeirense, Alberto João Jardim, afirmou na sexta-feira passada que “*pela primeira vez*” existe um governo em Lisboa que “*tem como objectivo derrubar a estrutura governamental de uma Região Autónoma*”.

Numa entrevista publicada no matutino insular Diário de Notícias sob o título “Humilhante 11-0 nas câmaras motiva ‘ataque canalha’ à Região Autónoma da Madeira”, Jardim faz o balanço dos dois primeiros anos deste mandato.

Considera que foram tempos “muito difíceis”, em particular este ano, que “tem sido “muito complicado” para o governo regional”.

Jardim acusa o governo da República de estar a “instrumentalizar o aparelho de Estado para fins partidários, numa *confusão estalinista entre o Estado e o Partido*”.

E considera que na origem do problema estará sobretudo a vitória total do PSD nos onze municípios da Madeira nas últimas eleições autárquicas: um “humilhante 11-0 que o PS apanhou aqui”, nas palavras de Jardim.

O líder madeirense recorda que existiram outros momentos complicados no relacionamento entre os governos central e regional, dando como exemplo a situação na altura do Bloco Central.

A diferença está no facto de que nessa altura “era difícil para toda a gente, agora é cortar as pernas especificamente à Madeira”, referiu Jardim numa referência à revisão da Lei das Finanças Regionais, que implica sérios impedimentos a actuação normal da planificação financeira da Região.

“Isto é um grande escândalo, não se faz isto em parte nenhuma do mundo”, disse Jardim, salientando que as “novas regras foram impostas a meio do jogo”, quer dizer, “a meio de um mandato, depois das coisas planeadas”.

Segundo o presidente do Executivo Regional, esta atitude contraria o próprio espírito do preâmbulo da Lei das Finanças Regionais, delineado pelo governo socialista de António Guterres, na altura de Sousa Franco.

Instado a comentar a deslocação de uma delegação parlamentar da Madeira para o debate do diploma na Assembleia da República, Jardim declarou: “Vão porque o Presidente da AR interveio no caso e alargou o prazo para os deputados irem lá, não aceitando as poucas vergonhas que o sr. Maximiano (Martins, do PS) vem tentando fazer à Madeira”.

Sobre a possível apresentação de queixa, por parte da Região, contra Lisboa, nas instâncias internacionais, esclareceu que “Não se fala em queixa”, mas em dar a conhecer a instâncias e a Estados que são nossos parceiros, que o Estado Português tem comportamentos antidemocráticos e de sinal colonial”.



“Agora...o futuro a Deus pertence”, disse também.

Em relação ao alegado ressuscitar do espírito separatista, Jardim sustentou que “não se trata de pedir a independência porque a Madeira é, por convicção do seu povo, parte integrante de Portugal, embora sob forma de território autónomo, o que faz com que não seja uma província, um distrito, nem uma autarquia”.

“Somos um território autónomo, com parlamento e poder legislativo próprios e um governo próprio que goza da confiança desse parlamento. Eu estou no meio do mandato e há processos a decorrer”, destaca.

Além do processo de revisão da Lei das Finanças Regionais, o governante madeirense diz existirem “outros processos complicados” entre a Região e Lisboa que vão “desde não pagarem os calotes que devem à Madeira, ao não cumprimento dos compromissos de Estado que vieram do governo antecedente, confundindo, outra vez, Estado com Partido”.

“Há a questão da regionalização da televisão que não foi cumprida, mas aí, quem quiser a televisão que fique com ela. Custaria mais de um milhão de contos à Madeira e não estamos para isso”, até porque a “perspectiva era outra, era que esse canal entrasse lá na cabo nacional”, realçou.- Fonte: Lusa



Notícias do Porto

Rui Rio leva Orçamento 2007 à próxima sessão do executivo

O Orçamento da Câmara do Porto para 2007 deverá ser analisado na próxima sessão do executivo, na primeira terça-feira de Dezembro, anunciou no dia 23, o presidente da autarquia, Rui Rio.

O autarca social-democrata disse que o documento se encontra em “fase final” de preparação e aponta, do lado da receita, para uma quebra de 10 por cento face aos valores deste ano.

A autarquia chegou a avançar, no seu “site”, que a previsão das receitas anuais do município, decorrentes da actividade normal e das transferências do orçamento de Estado, apontaria para uma quebra de cerca de 15 por cento.

Durante a sessão camarária a que hoje presidiu, Rui Rio obteve a aprovação, apenas com a abstenção da CDU, de uma medida fiscal para incentivar a reabilitação de imóveis degradados na Baixa.

Trata-se de uma redução em 30 por cento, por cinco anos, do Imposto Municipal sobre Imóveis a detentores de prédios que sejam entretanto recuperados.

Esta medida completa as que tinham sido tomadas no passado dia 7, que visavam o aumento do IMI para prédios que permanecem degradados e devolutos com agravamento de 30 por cento, no primeiro caso, e de 100 por cento, quando se alie a degradação à desocupação.

Apenas com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS, o executivo aprovou a integração de património municipal em fundos de investimento imobiliários fechados, incluindo sete prédios e 14 imóveis autárquicos que valem, no seu conjunto, 45 milhões de euros.

De acordo com a proposta aprovada, apresentada pelo próprio presidente da autarquia, “pretende-se encontrar parcerias privadas para a rentabilização do património a curto e médio prazo, sem prejuízo financeiro para executivos futuros”.

A integração do município na Agência de Energia do Porto foi outra das decisões tomadas nesta reunião do executivo, a 34ª do actual mandato.

A agência vai funcionar a partir de 2 de Janeiro, na sequência de apelos da Quercus para que as maiores cidades portuguesas adoptem medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, devendo ocupar-se da elaboração de estudos e pareceres, propondo soluções e alternativas para o sector da energia e



transportes.

Norte perde hospital pediátrico e não ganha Centro Materno-Infantil

O PSD/Porto criticou hoje a proposta da ARS/Norte para o Centro Materno-Infantil do Norte, considerando que “a região vai perder um hospital pediátrico e não vai ganhar um centro materno-infantil”.

“A proposta da Administração Regional de Saúde do Norte não passa de uma simples requalificação de serviços [do Hospital de Santo António e da Maternidade Júlio Diniz] e não corresponde minimamente à construção do centro materno-infantil do Norte, prometido há mais de 30 anos”, afirmou Rui Nunes, anterior responsável da Entidade Reguladora da Saúde e actual porta-voz do PSD/Porto para o sector.

A ARS/Norte apresentou no dia 14 os resultados do estudo realizado sobre esta matéria, por ordem do Governo, que determina que o CMIN vai ficar dividido em três pólos, no Porto, e deverá estar concluído em finais de 2009 ou inícios de 2010, a um custo de 27,3 milhões de euros.

A proposta, que se encontra no período de dez dias de debate público, prevê que o centro ficará instalado na Maternidade Júlio Dinis, no Hospital de Santo António e numa estrutura a construir de raiz junto a esta unidade, em terrenos do antigo Centro militar de instrução de Condutores-Auto do Porto.

De acordo com a proposta apresentada, a Maternidade Júlio Dinis e os equipamentos envolvidos a edificar, irão absorver praticamente todas as consultas em ambulatório e o internamento em obstetria e ginecologia, ficando o Hospital de Santo António com o internamento pediátrico.

Nas instalações do antigo CICAP será construído de raiz um centro de cirurgia ambulatória, enquanto desaparece o Hospital Pediátrico Maria Pia, que funciona em instalações com mais de 100 anos.

Rui Nunes considerou que “era bem melhor” a solução do PSD, que previa a construção do CMIN num só edifício, em terrenos adjacentes e pertencentes ao Hospital de S. João.

Acrescentou que o relatório da ARS/Norte vem dar razão à solução apresentada pelo PSD e aprovada pelo Governo anterior, a qual defendia que o CMIN deveria ficar agregado a um grande hospital geral e universitário, que também na proposta do Governo anterior devia ser o Hospital de S. João, situado na

periferia da cidade, junto dos principais eixos viários de acesso à cidade.

Rui Nunes frisou que “a solução agora proposta coloca, de facto, o centro junto de um grande hospitalar, mas sendo essa unidade o Hospital de Santo António, situado no interior da cidade, o que significa mais de meia hora/três quartos de hora de caminho, em horas de trânsito para os casos urgentes vindos de fora do Porto”.

“Na altura, a proposta do PSD foi duramente criticada e eu pergunto, hoje, onde estão todas estas vozes críticas, agora que, com esta solução, o Norte vai perder um hospital pediátrico, único na região, e não vai ganhar o centro materno-infantil?”, perguntou Rui Nunes.

O responsável pelo sector da saúde do PSD/Porto sublinhou que a proposta dos sociais-democratas “nem sequer era muito mais cara”.

A proposta do PSD estava orçada em 40 milhões de euros e tinha garantida uma comparticipação comunitária de 75 por cento, enquanto o custo da actual proposta é estimado em 37,3 milhões de contos, sem que se saiba qual o nível de apoio da UE.

A reacção do PSD/Porto surge oito dias depois da apresentação da proposta da ARS/Norte, que está neste momento em debate público por um período de dez dias. – Fontes: Lusa, CM/Porto e PSD/Porto. Fotos, arquivo PL

Distrital de Setúbal da JSD realiza “Semana Temática sobre formação e inserção profissionais

Entre os dias 22 e 30 a Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD, em colaboração com as estruturas concelhias da JSD, está a realizar visitas a instituições do distrito no âmbito da semana temática dedicada à formação e inserção profissionais.

Realizada no decurso do seu Projecto Autárquico “É POR TI”, a JSD do Distrito de Setúbal irá visitar Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, estabelecimentos do Ensino Superior, Centros de Emprego e Formação Profissional, bem como Associações Comerciais e Empresariais.

Com o objectivo de auscultar os principais agentes do sector, a JSD procura assim aferir da realidade que temos para no final da semana apresentar um conjunto de propostas sobre a realidade que queremos, para o Distrito de Setúbal e para as Novas Gerações.

As visitas têm sido acompanhadas por dirigentes da JSD, do PSD, e também pelo Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Eng.º Luis Rodrigues. - **JSD/Setúbal**



PSD pretende a destituição do presidente da Assembleia Municipal

O PSD de Viana do Castelo anunciou hoje que pretende a destituição do presidente da Assembleia Municipal daquele concelho, o socialista Armando Soares Pereira, que acusa de “violar o regimento” e “faltar ao respeito” aos membros da oposição.

Segundo Sebastião Seixas, membro do PSD na Assembleia Municipal de Viana do Castelo, Soares Pereira “já não está em condições” de presidir àquele órgão, porque “não atende às interpelações da oposição quando esta invoca o regimento” e “não é correcto nem educado”.

“A sua actuação raia a falta de educação e o menosprezo”, sublinhou, em conferência de imprensa, Sebastião Seixas, garantindo que o PSD “vai falar aos outros partidos” com assento na Assembleia Municipal para analisarem o comportamento de Soares Pereira.

O dirigente social-democrata referiu o facto de, na última Assembleia Municipal, a Mesa ter aceite pôr à votação uma proposta do PS que não fazia parte da ordem de trabalhos e que, segundo o PSD, se traduziu numa “espécie de moção de confiança” à Câmara socialista.

Para Sebastião Seixas, esta proposta foi introduzida “clandestinamente” e “ao arrepio de toda a legalidade” e a sua aceitação por parte da Mesa comprova que Soares Pereira “já não está em condições” para continuar a presidir à Assembleia.

Contactado pela Agência Lusa, Soares Pereira admitiu que a introdução daquela proposta na ordem de trabalhos “poderia considerar-se um pouco forçada, mas nunca ilegal”, e desafiou o PSD a propor à Assembleia Municipal a sua destituição.

Soares Pereira, de 74 anos, cumpre o seu terceiro mandato como presidente da Assembleia Municipal, tendo há cerca de um ano sofrido um ataque vascular cerebral (AVC) que o deixou “com sérias dificuldades de fala”. - **Lusa**

Os TSD da Área Metropolitana de Lisboa, estão solidários com os Trabalhadores da Função Pública

Os Trabalhadores Social Democratas de Lisboa, têm vindo a acompanhar as notícias públicas em relação às actuais negociações que o governo tem levado a efeito com os Sindicatos e representantes dos trabalhadores da Administração Pública.

O governo em nome do défice, instalou a crise, a estagnação, o marasmo, desmotivação e a confusão profunda nos trabalhadores da Administração Pública, que são apontados como o inimigo público nº 1, para além de:

- Reduzir o poder de compra dos trabalhadores no activo em 1,2% e dos pensionistas em 3,2%.
- Congelar de novo as progressões e os suplementos.
- Criar um novo imposto para a ADSE, que em relação aos pensionistas passam a pagar 1% e para os activos a ADSE aumenta em 50%.
- Discriminar os aposentados na actualização das pensões.
- Impor no futuro próximo medidas sem precedentes para os funcionários públicos, que levará inevitavelmente à destruição dos Serviços Públicos e do Estado Social que todos desejamos.
- “Autista” às propostas dos Sindicatos sendo que as negociações terminam “sem acordo”, conforme consta das declarações públicas dos representantes dos trabalhadores.

Com este tipo de governação o governo continua a desprezar as questões sociais que afectam a grande maioria dos trabalhadores da Administração Pública e abalam a confiança dos Portugueses nos Serviços Públicos.

Os TSD de Lisboa, estão solidários e ao lado dos Sindicatos, e dos trabalhadores da Administração Pública que trabalham diariamente nos Serviços Públicos, e apoiam a greve, marcada para os dias 9 e 10 de Novembro de 2006.

O Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa/AML

Novembro 2006

À Sra. Presidente do PPD/PSD da CPD de Lisboa Ao Sr. Presidente da C.M.Lisboa

Comunicado aos Lisboaetas

Neste período difícil do País e particularmente na nossa Capital, os Trabalhadores Social Democratas de Lisboa/AML, reafirmam o empenho na informação e mobilização dos cidadãos e famílias para a participação activa no envolvimento dos projectos das Autarquias de Lisboa (Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia).

Entendemos que o seu contributo será decisivo para a concretização dos projectos que sustentam o programa do PPD/PSD em Lisboa, e que vão ao encontro da melhoria da qualidade de vida dos Lisboaetas e cidadãos que trabalham e vivem na nossa cidade.

Os TSD de Lisboa estão empenhados em apoiar e ajudar de forma activa e incondicional, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e Presidente da Comissão Política Distrital do PPD/PSD de Lisboa, Dra. Paula Teixeira da Cruz e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Dr. António Carmona Rodrigues, aliás como têm vindo a fazer.

A obra feita pelos dois ilustres Autarcas, na condução dos Órgãos Municipais de excelência, como são a Assembleia Municipal e o Executivo da Câmara, a sua idoneidade técnica e científica, os entendimentos práticos e avalizados da concepção, gestão e prossecução dos projectos, **são garante de um mandato coeso de excelência e actividade por um lado, e por outro, de segurança, realismo e bom senso à frente da Autarquia de Lisboa, qualidades que colocam ao serviço das pessoas e das famílias Lisboaetas.**

Comunicado aos Lisboaetas

Neste período difícil do País e particularmente na nossa Capital, os Trabalhadores Social Democratas de Lisboa/AML, reafirmam o empenho na informação e mobilização dos cidadãos e famílias para a participação activa no envolvimento dos projectos das Autarquias de Lisboa (Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia).

Entendemos que o seu contributo será decisivo para a concretização dos projectos que sustentam o programa do PPD/PSD em Lisboa, e que vão ao encontro da melhoria da qualidade de vida dos Lisboaetas e cidadãos que trabalham e vivem na nossa cidade.

Os TSD de Lisboa estão empenhados em apoiar e ajudar de forma activa e incondicional, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e Presidente da Comissão Política Distrital do PPD/PSD de Lisboa, Dra. Paula Teixeira da Cruz e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Dr. António Carmona Rodrigues, aliás como têm vindo a fazer.

A obra feita pelos dois ilustres Autarcas, na condução dos Órgãos Municipais de excelência, como são a Assembleia Municipal e o Executivo da Câmara, a sua idoneidade técnica e científica, os entendimentos práticos e avalizados da concepção, gestão e prossecução dos projectos, **são garante de um mandato coeso de excelência e actividade por um lado, e por outro, de segurança, realismo e bom senso à frente da Autarquia de Lisboa, qualidades que colocam ao serviço das pessoas e das famílias Lisboaetas.**

“A DEFICIÊNCIA NUM CONTEXTO GLOBAL”

Os Trabalhadores Social Democratas de Lisboa, fizeram um debate subordinado ao tema: A Deficiência num contexto global – “*Como Vencer o Grande Desafio: As Barreiras Sociais e Arquitectónicas*”;

Teve lugar na AFID – Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente.

No debate participaram,

- O Dr. Álvaro de Sousa Carneiro, Presidente dos TSD, que na Sessão de abertura, abordou entre outros assuntos a “*Declaração Universal dos Direitos do Homem: todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*”;
- A Dra. Albertina Trábulo, Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária D. João V, abordou os contributos das Escolas e a luta pela integração dos deficientes nas Escolas Secundárias;
- O Dr. Filipe Ferreira, Presidente da JSD da Amadora, numa abordagem da Juventude no Contexto Global dos Deficientes;
- A Dra. Ana Silveira da Cunha, Técnica Superior da C.M.Lisboa, que demonstrou como uma mãe vive a problemática do dia-a-dia;
- O Dr. Adalberto Fernandes, do Secretariado Nacional das Reabilitações e I.P.D., que entre outros aspectos abordou a importância dos Sindicatos e a sensibilidade das pessoas para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos portadores de deficiência;
- A Dra. Luísa Portugal, do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, sublinhou a importância dos representantes dos trabalhadores e dos Sindicatos
- os a participar nestes debates;
- O Dr. Domingos Rosa, Presidente da AFID, que demonstrou a importância das Associações deste género e sublinhou a importância destes debates na sociedade portuguesa;
- O debate foi moderado pelo TSD, Dr. José Teodoro, que enriqueceu o debate com a sua experiência e sensibilidade aos problemas que afectam os cidadãos portadores de deficiência apelando à mudança de mentalidades;
- No encerramento, o Secretário Geral dos TSD, Deputado Arménio Santos, sublinhou a iniciativa dos TSD de Lisboa e apelou à participação e união de todos em volta deste tema.

Os TSD de Lisboa, estão sempre ao lado de quem mais precisa e disponíveis na ajuda da mudança de mentalidades, preocupados com as pessoas e com as famílias que mais precisam.

O Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa/AML

JSD-CPD Vila Real reúne com Direcção da Associação Académica da UTAD

No dia 17 de Novembro, a Comissão Política Distrital da JSD de Vila Real, reuniu com a Direcção da Associação Académica da UTAD (AAUTAD), com o intuito de auscultar os problemas da academia transmontana, de modo a que dentro das suas possibilidades, fomentar uma estratégia de “cooperação superior”. A educação, e em especial o ensino superior, enquanto prioridade assumida pela JSD-CPD Vila Real na sua tomada de posse, justificam tal acto, onde o diálogo assume uma função de estrema importância.

Na reunião foi possível identificar os principais desafios da academia a curto prazo, nomeadamente de ordem curricular e gestão, consequentes do Tratado de Bolonha e corte orçamental.

O atraso no pagamento das bolsas de estudo, a nova lei do associativismo jovem, a necessidade de aquisição de um autocarro, os Pólos de Miranda do Douro e Chaves, o programa + 23 e o papel socio-económico que a academia possui no espaço territorial em que está inserida, foram outros dos temas abordados, numa conversa amena, entre pessoas com objectivos bem definidos em prol da criação de condições para um ensino superior, também em qualidade.



CPS-JSD Santarém lança “Encontros Na Nossa Terra”

A Comissão Política de Secção da JSD de Santarém lançou esta semana uma nova iniciativa intitulada “Encontros Na Nossa Terra”. Esta consiste num conjunto de reuniões com os vários Presidentes de Junta de Freguesia do concelho, e tem por finalidade aproximar a recente eleita Comissão Política, do poder autárquico, de modo a estar mais ciente dos problemas do concelho e da sua população, no fundo estes “encontros” serão um palco de troca de ideias, na tentativa de resolver os anseios da população, dando a JSD mais destaque aos problemas relacionados com a juventude.

Estes “encontros” far-se-ão com pleno respeito pela decisão popular e com sentido de responsabilidade democrática. Assim, todos os autarcas, independentemente do partido por que foram eleitos, serão convidados a participar nesta iniciativa. A primeira desta série de reuniões ocorreu no dia 18 com o Presidente da Junta de Freguesia do Vale de Santarém, Sr. George Almeida, eleito pelo Partido Socialista, e que amavelmente acedeu a participar nesta acção.



Águeda on tour para Águeda mais rica

Águeda on Tour

A Juventude Social Democrata levou a cabo no passado dia 18 o Águeda on Tour, um passeio pelas freguesias nascentes do nosso concelho com o intuito de proporcionar o conhecimento e a visão das diferentes realidades que compõem o nosso concelho.

Estar junto dos jovens e ser veículo da sua voz é antes de tudo uma responsabilidade, por isso entendemos que conhecer mais, conhecer melhor e apreender bem nos tornaram mais conscientes, responsáveis e arrojados na hora de propor os caminhos para Águeda. Num sábado chuvoso, os jovens que participaram neste passeio para além de toda a componente informativa e formativa puderam apreciar também do ponto de vista lúdico e gastronómico as potencialidades do nosso Concelho.

Águeda rica

Águeda neste caminho de futuro é um município riquíssimo naquilo que é e será cada vez mais a pedra de toque, o Ambiente, a sua protecção, preservação e valorização. Sendo o maior concelho em Área do Distrito de Aveiro e com a sua extensa zona florestal, dotada de boas acessibilidades chegou o momento de a autarquia olhar com sentido de responsabilidade, visão e audácia para o futuro.

A JSD reforça três exemplos para o início desta caminhada.

É oportuno a autarquia fomentar dentro do tecido escolar um programa de visitas às freguesias nascentes não apenas com o âmbito de enriquecer e proporcionar o conhecimento de todo o seu concelho a todos os seus jovens mas sobretudo de valorizar um sentimento de orgulho no património que possuem.

Daqui certamente poderão ser extraídas noções de ecológicas essenciais na formação dos jovens que deverão ser aproveitadas com informação extra proporcionada por momentos como concursos, palestras, fomento de grupo de jovens com preponderância ambiental, tão importantes na tarefa de educar.

Porque Águeda pode e deve ser um destino de atracção turística promover a Criação de um Roteiro Aventura onde se congreguem todas as informações necessárias à prática de desportos aventura como o (tracking, btt, escalada, canoagem, rapel, slide, etc) nesta zona interior do nosso concelho.



ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em sessão plenária, dia 18 de Dezembro de 2006, segunda-feira, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos

1. Análise da situação política.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir, em sessão ordinária, no dia 4 de Dezembro de 2006, pelas 21h00, no Auditório Conde Ferreira, junto ao Jardim, em Sesimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Orçamento 2007.

BATALHA

Nos termos dos Estatutos do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Batalha do PSD, para reunirem no próximo dia 7 de Dezembro de 2006, quinta-feira, pelas 21h00, na sede local, sita na Rua D. Filipa de Lancaster (em frente à farmácia Moreira Padrão), na Vila da Batalha, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Orçamento e Plano de actividades para 2007;
3. Outros assuntos de interesse.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir na sede, sita no Largo Tristão Vaz Teixeira, n.º 5 C, Parque Residencial do Almirante, em Santo António dos Cavaleiros, no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Política nacional e local a cargo do Vereador Miguel Frasquilho.

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Monchique do PSD, para uma Assembleia de Secção Eleitoral a realizar no dia 13 de Janeiro de 2007, entre as 17h00 e as 20h00, na sede concelhia sita na Rua Dr. Francisco de Avelar 7, 1.º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00.

As listas candidatas deverão ser:

- Apresentadas por listas completas para cada órgão (Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção) contendo o nome, o n.º de militante e o n.º de cada candidato.

- Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição.

- Ser acompanhadas por declaração de aceitação subscrita pelos candidatos individual ou conjuntamente.

- As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao presidente da mesa até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Para que uma lista possa ser entendida como completa deverá a mesma conter o número mínimo de candidatos previstos nos estatutos (3+1 suplente no caso da Mesa e 7+3 no caso da CPS).

Apenas constarão dos cadernos eleitorais os militantes cujas quotas estejam em dia no 10º dia anterior ao acto eleitoral.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção do Porto, para reunirem no dia 12 de Janeiro de 2007, entre as 18h00 e as 23h00, na sede concelhia do PSD, sita à Rua do Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção do Porto.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD.



CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, para o Conselho Distrital de Santarém da JSD, para o Conselho Distrital a realizar no dia 7 de Dezembro de 2006, pelas 20h30, na Sede do PSD, sita na Calçada Mem Ramires, n.º 10 – 1.º, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Candidatura de Santarém para o Local de realização do próximo Congresso Nacional da JSD;
- 4 – Votação da Recomendação aos Presidentes de Câmara e Vereadores da Juventude do PSD do Distrito de Santarém, para criação de Conselhos Municipais de Juventude.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(António Manuel Jorge)

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Mafra, para o dia 30 de Novembro de 2006, pelas 21h30, a realizar nas instalações da Sede Concelhia da Sede de Mafra, sita no Terreiro D. João V, n.º 61 – 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Apresentação do novo site da JSD Mafra.

A Presidente da Mesa

(Lúcia Maria Quitério da Silva)

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção do Montijo, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 18 horas, na Sede de Secção, sita na Praça da República, n.º 12, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Apresentação do Relatório de Contas de 2006;
 - 3 – Apresentação do Plano de Actividades e Orçamentos de 2007;
 - 4 – Análise da Situação Política.
- O Presidente da Mesa

(Carlos Caldeira)

CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Conselho Distrital Eleitoral de Setúbal, a ter lugar no próximo dia 20 de Janeiro, pelas 14h30, no Auditório da Galeria Municipal do Montijo, sito na Praça da República, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação e Discussão de Moções de Estratégia;

- 2 – Eleição da Mesa do Conselho Distrital e da Comissão Política Distrital.

Notas:

- a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Distrital de Setúbal do PSD.

- b) As urnas estarão abertas das 17 horas às 18 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

ALCÁÇER DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Alcáçer do Sal, a ter lugar no próximo dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 14h30, na Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcáçer, no Largo 25 de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

- a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Distrital de Setúbal do PSD.

- b) As urnas estarão abertas das 15 horas às 16 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Alcochete, a ter lugar no próximo dia 6 de Janeiro de 2006, pelas 14h30, na Sede do PSD/Alcochete, sita na Rua Dr. Ciprião Figueiredo, n.º 14 – 1.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

- a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia



anterior, na Sede Distrital de Setúbal do PSD.

b) As urnas estarão abertas das 15 horas às 16 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente
(Nuno Lucas)

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Almada, a ter lugar no próximo dia 5 de Janeiro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Almada, Rua D. João de Castro, n.º 52, R/c, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Concelhia.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Barreiro, a ter lugar no próximo dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 15h30, na Sede do PSD/Barreiro, na Rua Miguel Pais, n.º 39, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Concelhia.

b) As urnas estarão abertas das 16 horas às 19 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Grândola, a ter lugar no próximo dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 14h30, na Sede do PSD/Grândola, Rua José Vicente Serrano, n.º 7, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues

até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Concelhia.

b) As urnas estarão abertas das 15 horas às 17 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção da Moita, a ter lugar no próximo dia 6 de Janeiro de 2006, pelas 16h30, na Sede do PSD/Moita, no Vale da Amoreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

c) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Distrital do PSD.

d) As urnas estarão abertas das 17 horas às 18 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção do Montijo, a ter lugar no próximo dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 16h30, na Sede do PSD/Montijo, na Praça da República, n.º 12, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Concelhia.

b) As urnas estarão abertas das 17 horas às 19 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Palmela, a ter lugar no próximo dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 15h30, na Sede do PSD/Palmela, na Rua Hermenegildo Capelo, n.º 141, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho

Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Concelhia.

b) As urnas estarão abertas das 16 horas às 17h30.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

SANTIAGO DO CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Santiago do Cacém, a ter lugar no próximo dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 17h00, na Sede do PSD/Santiago, no Largo Almeida Garrett, n.º 1 /2, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Concelhia.

b) As urnas estarão abertas das 17h30 às 18h30.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Seixal, a ter lugar no próximo dia 5 de Janeiro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Seixal, na Rua do MFA, n.º 11, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Concelhia.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Sesimbra, a ter lugar no próximo dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 14h30, na Sede do PSD/Sesimbra, na Rua da República, n.º 20, 1.º Esq. com a

seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Concelhia.

b) As urnas estarão abertas das 15 horas às 16 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Alcácer do Sal, a ter lugar no próximo dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 16 horas, na Sede do PSD/Setúbal, na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23, 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Concelhia.

b) As urnas estarão abertas das 16h30 às 19 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)

SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu Abaixo Assinado, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Sines, a ter lugar no próximo dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 14h30, na Sede do PSD/Sines, na Rua de Ferreira, n.º 10, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Conselheiros Distritais ao Conselho Distrital Eleitoral.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior, na Sede Distrital de Setúbal do PSD.

b) As urnas estarão abertas das 15 horas às 16 horas.

Pela Mesa do Conselho Distrital
O Presidente

(Nuno Lucas)